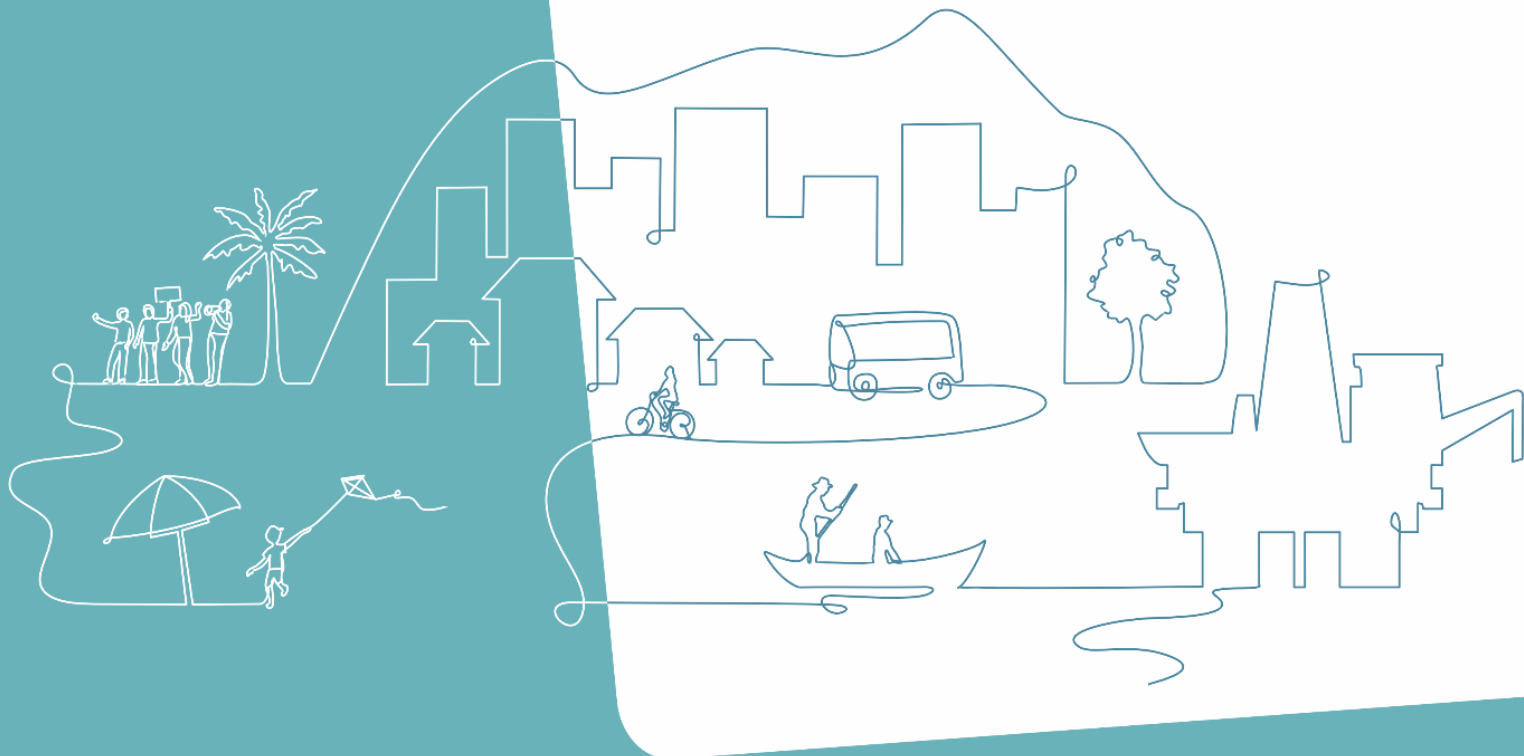




Relatório da Consulta Pública do PARMIS Fase II

Março de 2025

Parmis

LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR
MARÉSS
MAPEAMENTO DA AMBIENTES
RESISTÊNCIA, SOCIEDADE E SOLIDARIEDADE

 **FURG**
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE

 **FAURG**
FACULDADE DE AGRICULTURA
E ZOOTECNIA

 **IBAMA**
M. M. A.

 **TE**
TRIDENT ENERGY

A REALIZAÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS (PARMIS) É UMA MEDIDA DE MITIGAÇÃO EXIGIDA PELO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL, CONDUZIDO PELO IBAMA.

Equipe técnica do PARMIS

Coordenação Geral

Tatiana Walter
Patricia Tometich
Naila de Freitas Takahashi
Ederson Pinto da Silva

Docentes

Cristiane Simões Netto Costa
Gracieli Trentin
Márcia Borges Umpierre
Liandra Peres Caldasso

Coordenação Técnica

Bianca Caetano
Juliana Hubner
Leon Barreto Gonçalves Rosa
Franciely Frassetto Delomo Ledesma
Tanize Dias
Melissa Orestes

Pesquisadores(as)

Amanda Coelho Alfaia
Ana Paula Bork
Augusto Gowert Tavares
Carlos Eduardo Albuquerque
Clara Mara Gonçalves Chaves
Diego Winter de Freitas
Fabiane Fagundes da Fonseca
Francisco Muenzer Soares
Frederico Ribeiro Seus
Giovani Höber Ghiggi
Gisele Costa Fredo
Indira Ávila dos Santos
Jordana Belem Rodrigues
Juliana Fonseca Oliveira de Melo
Juliane da Costa Teixeira
Laís da Silva Almeida
Lara Mattos Martins
Letícia Hanna dos Santos Falcão

Lucas Lins Costa
Marília Silva da Costa
Maryanna Oliveira Pozenato
Matthews Rocha Mello
Micael Vicente Quinn
Nahome Paz Azevedo dos Santos
Nair Borges Avila
Natália Barreto Gonçalves Rosa
Patricia de Araujo Silva
Rafaella Peglow Bulbolz
Roberto Caldeira Lopes
Vania Pierozan
Venine Oliveira dos Santos
Vera Timm Jeske

Lista de quadros

Quadro 1. Cronograma e descrição das etapas da consulta pública do PARMIS fase II.	12
Quadro 2. Lista cronológica das ações de divulgação da consulta pública nos diferentes meios de comunicação.	15
Quadro 3. Grupos temáticos correspondentes a cada tópico do documento do Planeja+.	25

Lista de figuras

Figura 1. Esforço de pesquisa realizado para avaliar os resultados positivos e as fragilidades da implementação da Nota Técnica nº 01/2010 e propor melhorias para a mitigação dos impactos socioambientais decorrentes da indústria de petróleo e gás.	07
Figura 2. Número e distribuição geográfica das inscrições no seminário (etapas virtual e presencial) e de submissão de respostas ao formulário eletrônico enquanto parte do processo de consulta pública aos programas concebidos para mitigar impactos socioambientais decorrentes da indústria de petróleo e gás.	09
Figura 3. Página inicial do perfil do PARMIS no <i>Instagram</i> , exemplo de mensagem encaminhada via <i>WhatsApp</i> e página inicial do site do Laboratório Interdisciplinar MARéSS/FURG.	14
Figura 4. Distribuição geográfica e tipo de contribuição de quem participou da consulta pública do PARMIS fase II.	17
Figura 5. Perfil institucional de quem participou individual ou coletivamente da consulta pública do PARMIS fase II.	19
Figura 6. Perfil identitário e escolaridade de quem participou individualmente da consulta pública do PARMIS fase II.	20
Figura 7. Tipos de conteúdo e exemplos de publicações curtidas nas redes sociais referentes à consulta pública do PARMIS fase II.	22
Figura 8. Contribuições da consulta pública do PARMIS fase II a partir de tópicos do documento do programa.	24

Sumário

1. Apresentação	5
2. Breve histórico da construção do Planeja+	6
3. Consulta pública do PARMIS Fase II: Planeja+	11
3.1. Objetivos	11
3.2. Objetivos Específicos	11
3.3. Metodologia	11
3.4. Plano de divulgação	13
4. Resultados da consulta pública	17
4.1. Caracterização dos(as) participantes	18
4.2. Resultados da divulgação	21
4.3. Sistematização das contribuições	23
5. Considerações finais	45
6. Referências bibliográficas	46

Consulta pública do PARMIS II: Planeja+

1. Apresentação

O Planeja+¹ começou a ser elaborado na primeira fase do Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS)² apoiado em uma pesquisa-ação que foi conduzida com o compromisso de promover um amplo processo participativo. Tal processo começou com a cooperação dos(as) analistas de socioeconomia da Coordenação de Licenciamento Ambiental de Produção de Petróleo e Gás Offshore (COPROD), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que estiveram presentes desde a concepção do problema de pesquisa, seguindo nas diversas etapas da análise de dados e da construção dos resultados.

O esforço coletivo resultou no desenho das bases de quatro programas macrorregionais que, com a intenção de ampliar a participação para toda a sociedade, foram submetidos a uma consulta pública. Em 2025, a fase II do PARMIS foi dedicada, dentre outras metas, à consolidação metodológica do Planeja+ em cooperação com os(as) analistas da COPROD/IBAMA e profissionais já envolvidos(as) com programas e projetos voltados à mitigação dos impactos socioambientais da indústria de petróleo e gás. A exemplo da experiência da fase anterior, também na fase II foi organizada uma consulta pública para ampliar a participação da sociedade.

O presente documento apresenta um breve histórico em relação à construção do Planeja+, seus objetivos, a metodologia, o plano de divulgação e os resultados dessa consulta pública. Destaca-se que as contribuições e justificativas informadas na consulta pública não são respondidas neste documento nem incorporadas diretamente ao Planeja+, uma vez que essa responsabilidade não compete à equipe do PARMIS, mas à COPROD/IBAMA e à organização executora do Planeja+, quando do seu processo de implementação, previsto para iniciar no ano de 2025.

¹ O programa é parte do esforço conduzido pelo IBAMA para integrar e otimizar procedimentos relativos ao licenciamento ambiental federal. Trata-se de um programa dedicado à mitigação da dependência econômica e das mudanças socioespaciais decorrentes da dinâmica da indústria petrolífera e das rendas petrolíferas (compensações, tributos e salários decorrentes dessa indústria). Foi desenvolvido para compor o eixo 4, “Atuar”, do Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro).

² O PARMIS foi exigido em 2020 como condicionante da Licença de Operação nº 1572/2020, 1ª Retificação, concedida à Empresa Trident Energy do Brasil Ltda, para o sistema de produção, coleta e escoamento de petróleo e gás natural dos polos *Pampo* e *Enchova*, campos de *Badejo*, *Bonito*, *Bicudo*, *Enchova*, *Enchova Oeste*, *Linguado*, *Marimbá*, *Pampo*, *Piraúna* e *Trilha*, na *Bacia de Campos*. Seu objetivo foi avaliar e propor melhorias às medidas destinadas à mitigação dos impactos socioambientais decorrentes das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural.

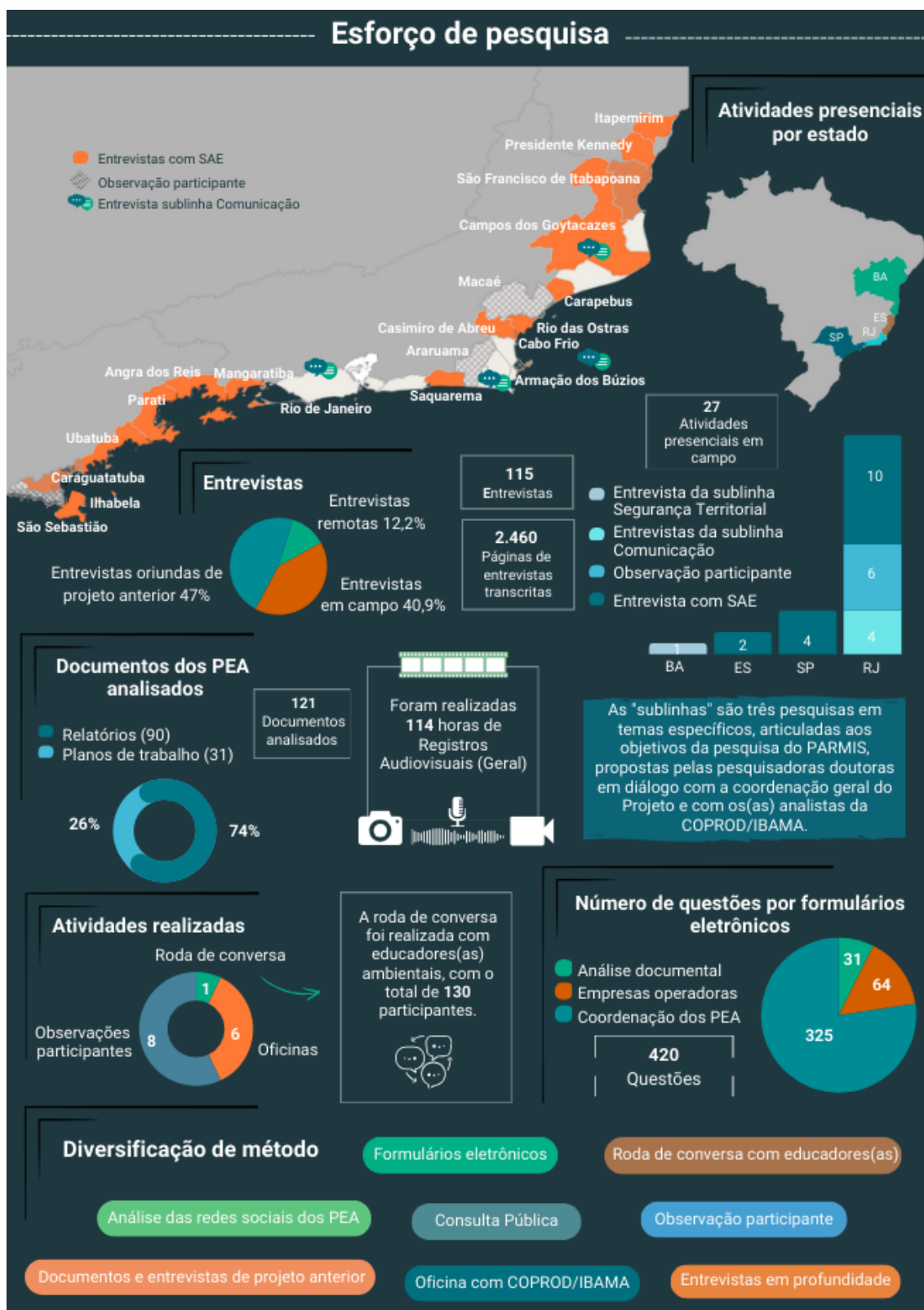
2. Breve histórico da construção do Planeja+

O PARMIS fase I foi executado entre os anos de 2021 e 2024, quando se inicia a pesquisa-ação com o objetivo de identificar resultados positivos e fragilidades da implementação da Nota Técnica (NT) nº 1/2010³ e propor melhorias à gestão ambiental pública, considerando a intencionalidade da mitigação de impactos socioambientais da cadeia produtiva de petróleo e gás. Nesse contexto foi construído o Planeja+, cujo esforço de pesquisa é sintetizado na **Figura 1**, e cuja concepção está descrita no relatório técnico denominado “Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro” (Walter *et al.*, 2023), no Relatório Final PARMIS Fase I – 2021 a 2024 (Walter *et al.*, 2024) e mais especificamente no documento com o detalhamento metodológico do “Planeja+: Programa Macrorregional de Apoio ao Planejamento Participativo de Políticas Públicas” (Walter *et al.*, 2025)⁴.

³ A Nota Técnica propõe diretrizes para a elaboração, execução e divulgação de programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, por bacia de produção, vinculados ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás Offshore.

⁴ Os três documentos mencionados podem ser acessados através do *link*: <https://maress.furg.br/projetos-em-andamento-parmis-publicacoes>. O objeto da consulta pública aqui relatada foi o documento com o detalhamento metodológico do Planeja+.

Figura 1. Esforço de pesquisa realizado para avaliar os resultados positivos e as fragilidades da implementação da Nota Técnica nº 01/2010 e propor melhorias para a mitigação dos impactos socioambientais decorrentes da indústria de petróleo e gás.



Fonte: Acervo do PARMIS (2024).

Como mostra a **Figura 1**, a pesquisa empregou uma série de métodos e técnicas de pesquisa social (Minayo, 2002), cuja coleta de dados se deu junto a representantes de Projetos de Educação Ambiental (PEA), sujeitos(as) de ações educativas (SAE), empresas petrolíferas, educadores(as) ambientais, analistas da COPROD/IBAMA e a equipe técnica do PARMIS. Também foram considerados os dados provenientes do projeto Impactos na Pesca⁵.

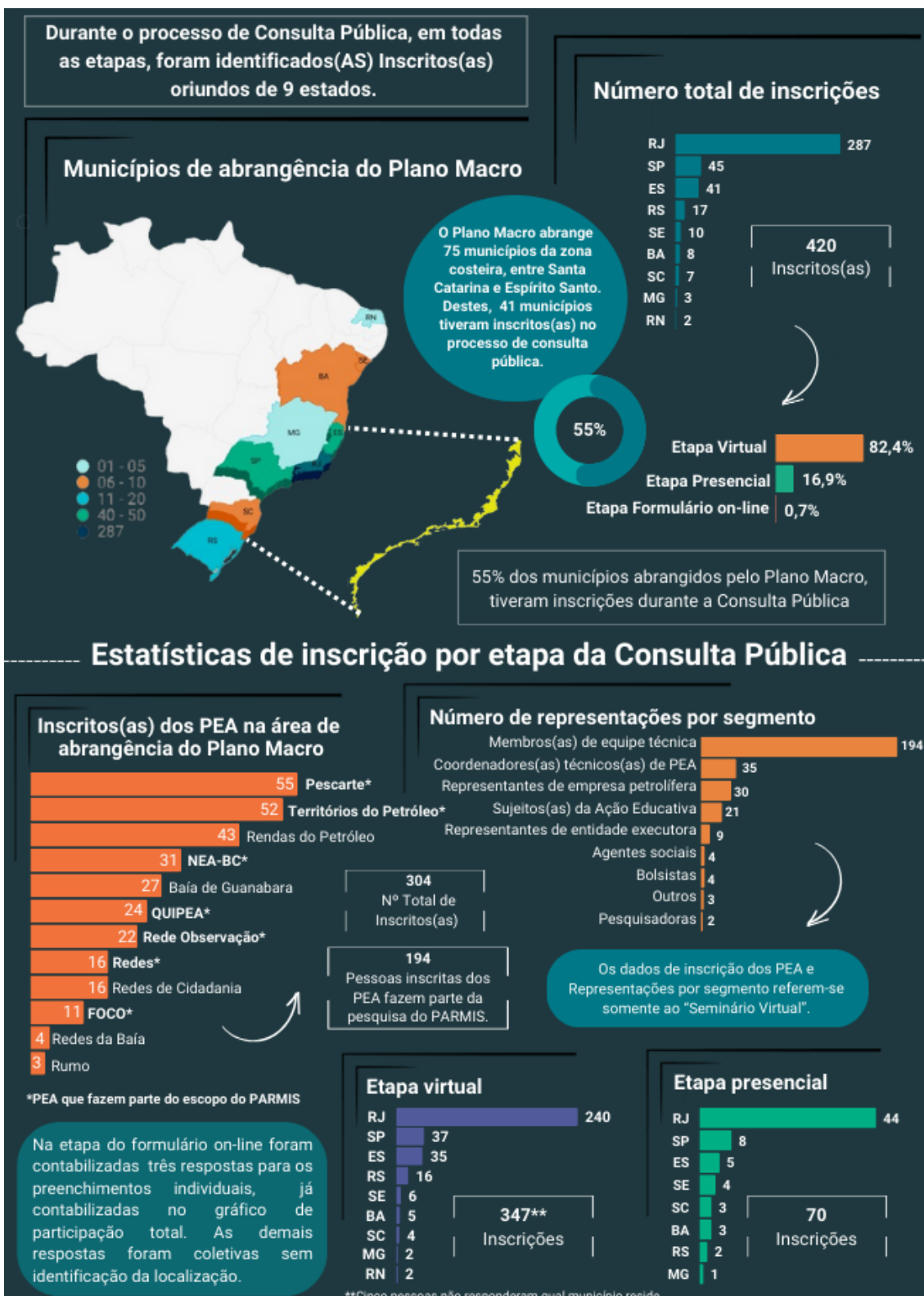
Enquanto os resultados estavam em tratamento, foram realizadas três oficinas de trabalho junto à COPROD/IBAMA e duas oficinas internas à equipe técnica do PARMIS, entre outras atividades de alinhamento teórico-metodológico. Nesse processo, foi elaborado um conjunto de quatro programas de mitigação de impactos da indústria petrolífera, quando o escopo inicial do Planeja+ foi inicialmente proposto, e que foi levado à consulta pública com o objetivo de receber dúvidas e contribuições da sociedade.

Essa consulta pública foi realizada entre 10 de agosto e 30 de outubro de 2023, com as seguintes etapas: divulgação dos documentos para subsídio; realização da etapa virtual do III Seminário de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás para a apresentação do conteúdo dos documentos em consulta; divulgação do formulário eletrônico; realização da etapa presencial do III Seminário de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás e, por fim, o relatório de sistematização das dúvidas com suas respectivas respostas e das contribuições que foram encaminhadas para o órgão responsável⁶. A **Figura 2** apresenta os dados de inscrições nos seminários virtual e presencial e de submissão de respostas ao formulário eletrônico.

⁵ O projeto “Avaliação de Impacto Social: Uma leitura crítica sobre os impactos de empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás sobre as comunidades pesqueiras artesanais situadas nos municípios costeiros do Rio de Janeiro”, também chamado de Impactos na Pesca, foi executado com recursos oriundos do Termo de Ajustamento de Conduta, conduzido pelo Ministério Público Federal - MPF/RJ, diante do derramamento de óleo que ocorreu em 2011 no Campo de Frade, na Bacia de Campos. O apoio foi obtido por meio de uma chamada pública, no edital “Pesquisa Marinha e Pesqueira”, de responsabilidade do Fundo Brasileiro para Biodiversidade – FUNBIO, por meio do Laboratório Interdisciplinar MARéSS/FURG.

⁶ O relatório da consulta pública ao conjunto dos programas propostos a compor o eixo 4 do Plano Macro pode ser acessado através do *link*: <https://maress.furg.br/images/PROJETOS/PARMIS/RelatorioFinal-00.pdf>.

Figura 2. Número e distribuição geográfica das inscrições no seminário (etapas virtual e presencial) e de submissão de respostas ao formulário eletrônico enquanto parte do processo de consulta pública aos programas concebidos para mitigar impactos socioambientais decorrentes da indústria de petróleo e gás.



Fonte: Acervo do PARMIS (2024).

Destaca-se que nesse processo houve o envolvimento de 420 pessoas que participaram de alguma etapa da consulta pública, provenientes de diferentes regiões do Brasil e que integram diferentes PEA, sobretudo equipes técnicas. No PARMIS fase II, a participação social se deu ao longo de três oficinas que envolveram representantes dos PEA Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC), Territórios do Petróleo e Rendas do Petróleo, como também, do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). Além desses, participaram das oficinas representantes de empresas petrolíferas, analistas ambientais da COPROD/IBAMA e equipe técnica do PARMIS.

Essas oficinas buscaram garantir que os aprendizados do trabalho realizado ao longo dos 15 anos de implementação na NT nº 01/2010 fossem incorporados ao processo de construção metodológica, especialmente em torno do tema das rendas petrolíferas para consolidar o programa junto a esses(as) representantes. Da mesma forma, buscou-se ampliar a consolidação do programa junto a sociedade por meio da consulta pública.

3. Consulta pública do PARMIS fase II: Planeja+

O recebimento de contribuições ao Planeja+ ocorreu entre os dias 10 de janeiro e 12 de março de 2025, totalizando 61 dias de consulta pública. Nesse período, as contribuições foram recebidas exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponibilizado pela equipe técnica do PARMIS no *site* e nas redes sociais do Laboratório Interdisciplinar MARéSS/FURG. A partir desse instrumento, os dados foram sistematizados e são apresentados ao longo deste relatório.

3.1. Objetivo Geral

Ampliar a participação social da sociedade civil na implementação de políticas públicas de licenciamento ambiental federal de petróleo e gás *offshore* por meio da realização de consulta pública ao Planeja+ no contexto do PARMIS fase II.

3.2. Objetivos específicos

- Elaborar plano de divulgação específico para a consulta pública do Planeja+;
- Elaborar o formulário eletrônico para receber as contribuições para o Planeja+;
- Divulgar o documento consolidado do Planeja+;
- Divulgar o formulário eletrônico;
- Mobilizar a sociedade civil por meio do plano de divulgação;
- Elaborar e divulgar o relatório da consulta pública;
- Encaminhar o relatório para a COPROD/IBAMA.

3.3. Metodologia

A consulta pública do PARMIS fase II foi organizada metodologicamente em três etapas principais: i) abertura do processo de consulta com a divulgação do documento do Planeja+ e do formulário eletrônico para recebimento de contribuições; ii) encerramento da consulta; e iii) divulgação e encaminhamento à COPROD/IBAMA do relatório da consulta pública. Cabe destacar que a sociedade foi mobilizada a participar conforme plano de divulgação descrito no item 3.4 deste relatório. O **Quadro 1** apresenta o cronograma dessas três etapas da consulta pública.

Quadro 1. Cronograma e descrição das etapas da consulta pública do PARMIS fase II.

Etapas	Data	Descrição da atividade
1	10/01/2025	Abertura da consulta pública: divulgação do documento do Planeja+ e do formulário eletrônico.
2	12/03/2025	Encerramento da consulta pública
3	10/04/2025	Divulgação e encaminhamento à COPROD/IBAMA do relatório da consulta pública do PARMIS fase II

Fonte: Elaborado pela equipe do PARMIS.

A coleta dos dados ocorreu por meio de um formulário eletrônico elaborado na plataforma on-line *Coletum*, cujo *link* de acesso às perguntas foi divulgado conforme plano descrito no item 3.4 deste relatório. O formulário compreendeu um conjunto de perguntas de múltipla escolha e algumas questões com caráter descritivo, a partir de cada uma das seções e tópicos do documento do Planeja+. Para orientar o preenchimento do formulário, foi elaborado um tutorial em formato de vídeo, disponibilizado nas redes sociais do PARMIS e do Laboratório Interdisciplinar MARÉSS/FURG.

Após a finalização da etapa 1, os formulários preenchidos foram exportados para uma planilha do *Microsoft Office Excel*, conformando um banco de dados que foram importados para *dashboards* sendo criados gráficos relacionados: (i) à abrangência de participação por estado e por município; (ii) ao perfil dos(as) participantes nos preenchimentos individuais; (iii) aos dados de participação coletiva e iv) aos resultados da consulta pública por tópico do documento do Planeja+. Logo, as contribuições foram agregadas em grupos temáticos para facilitar a sistematização, conforme é descrito no item 4.3 deste documento.

Em complemento, foram elaborados mapas temáticos com auxílio de Sistema de Informação Geográfica (SIG), a partir do *software* QGIS 3.16, referindo-se à espacialização das informações coletadas. Posteriormente, esse conjunto de produtos serviu como base para a construção dos infográficos e a descrição sistematizada das contribuições com suas respectivas justificativas. Cabe observar que os nomes das pessoas que prestaram contribuições e as instituições ou projetos de educação ambiental dos quais fazem parte foram omitidos.

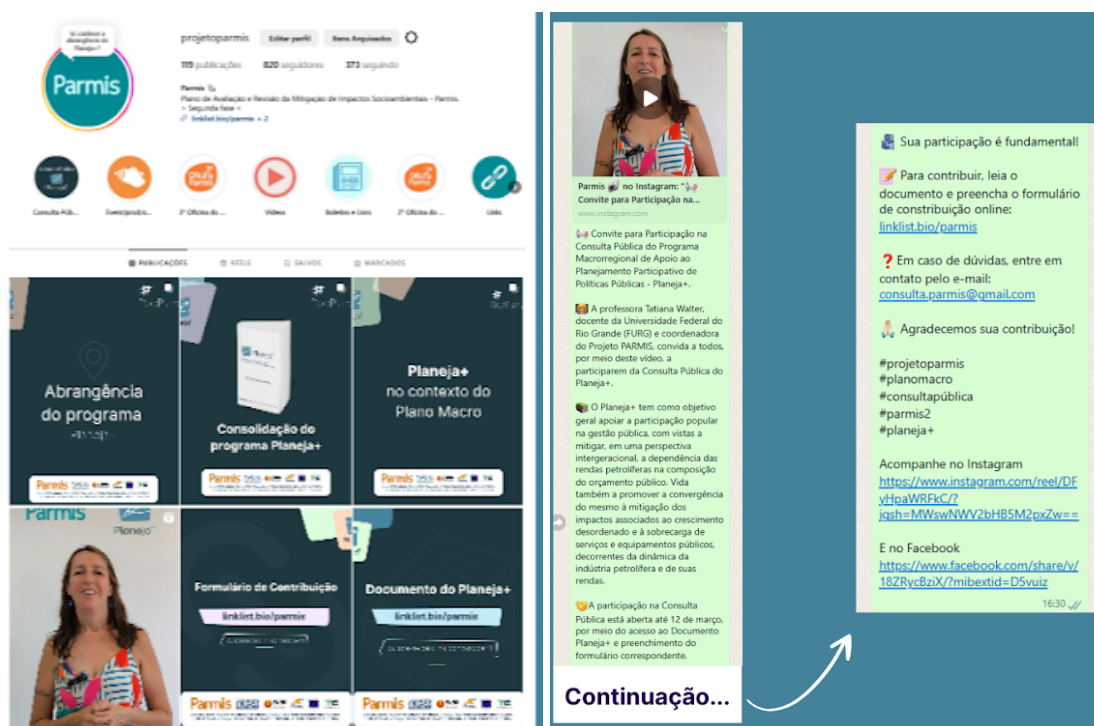
Por fim, na etapa 3 as contribuições e justificativas foram apresentadas por meio deste relatório técnico, com a divulgação nas redes sociais e *site* do Laboratório MARÉSS/FURG, além da entrega à COPROD/IBAMA.

3.4. Plano de Divulgação

Considerando o uso intensivo de redes sociais como o *Instagram* e *Facebook*, que oportunizam milhões de pessoas a terem acesso à informação, o principal meio utilizado para a divulgação da consulta pública do PARMIS fase II para o público em geral foram as redes sociais. Também adotou-se como estratégia o *marketing direto* através de mensagens de *WhatsApp*, e-mails às equipes dos programas e projetos de educação ambiental, e divulgação no *site* do Laboratório Interdisciplinar MARéSS/FURG. Além dos conteúdos estruturados em publicações e de *marketing* direto, a equipe respondeu questionamentos e comentários via redes sociais e também por e-mail.

Como ilustrado na **Figura 3**, o material foi publicado em formato e linguagem acessível, buscando uma divulgação transparente com diferentes grupos sociais, especialmente sobre como acessar o documento de subsídio e como responder o formulário eletrônico. No *site* do Laboratório Interdisciplinar MARéSS/FURG, a publicação sobre a consulta pública esteve fixada na página principal durante todo o processo.

Figura 3. Página inicial do perfil do PARMIS no *Instagram*, exemplo de mensagem encaminhada via *WhatsApp* e página inicial do site do Laboratório Interdisciplinar MARéSS/FURG.



Fonte: Elaborado pela equipe do PARMIS.

As publicações seguiram um cronograma de divulgação conforme apresentado no **Quadro 2**. O cronograma foi importante para planejar os conteúdos e organizar a campanha de divulgação, seguindo o que vem sendo amplamente utilizado em estratégias publicitárias. A meta definida foi de pelo menos uma publicação por semana, além de replicações ao longo do processo de consulta pública.

Quadro 2. Lista cronológica das ações de divulgação da consulta pública nos diferentes meios de comunicação.

Meios de divulgação	Descrição	Data
Redes sociais e <i>site</i>	Lançamento da consulta pública - <i>Cards</i> com <i>link</i> do documento do Planeja+	10 de jan. de 2025
Redes sociais e <i>Whatsapp</i>	<i>Cards</i> com formulário eletrônico	10 de jan. de 2025
Redes sociais e <i>Whatsapp</i>	Atualização do <i>linklist</i> e da <i>bio</i> das redes sociais	10 de jan. de 2025
E-mail	Envio de material completo para os PEA	10 de jan. de 2025
Redes sociais, <i>Whatsapp</i> e <i>site</i>	Repostagens sobre consulta pública (formulário + tutorial + <i>reels</i>)	13 de jan. de 2025 a 10 de mar. de 2025
<i>Canva</i> e <i>Instagram</i>	Produção de ícone e aba para a consulta do PARMIS fase II	13 de jan. de 2025
Redes sociais	Replicação no <i>stories</i> e publicação no <i>Facebook</i>	13 de jan. de 2025
Redes sociais, <i>Whatsapp</i> e <i>site</i>	Publicação do <i>card</i> no <i>site</i> do Lab. MARéSS	16 de jan. de 2025
Redes sociais e <i>Whatsapp</i>	Produção de um <i>card</i> de “Errata”	16 de jan. de 2025
Redes sociais e <i>Whatsapp</i>	Vídeo tutorial de preenchimento do formulário	24 de jan. de 2025
Redes sociais e <i>Whatsapp</i>	<i>Card</i> com <i>link</i> do documento do Planeja+	29 de jan. de 2025
Redes sociais e <i>Whatsapp</i>	<i>Cards</i> com <i>link</i> do formulário de contribuição	31 de jan. de 2025
Redes sociais, <i>Whatsapp</i> e <i>site</i>	Vídeo chamando para participar da consulta pública	7 de fev. de 2025
Redes sociais e <i>Whatsapp</i>	Planeja+ no contexto do Plano Macro	11 de fev. de 2025

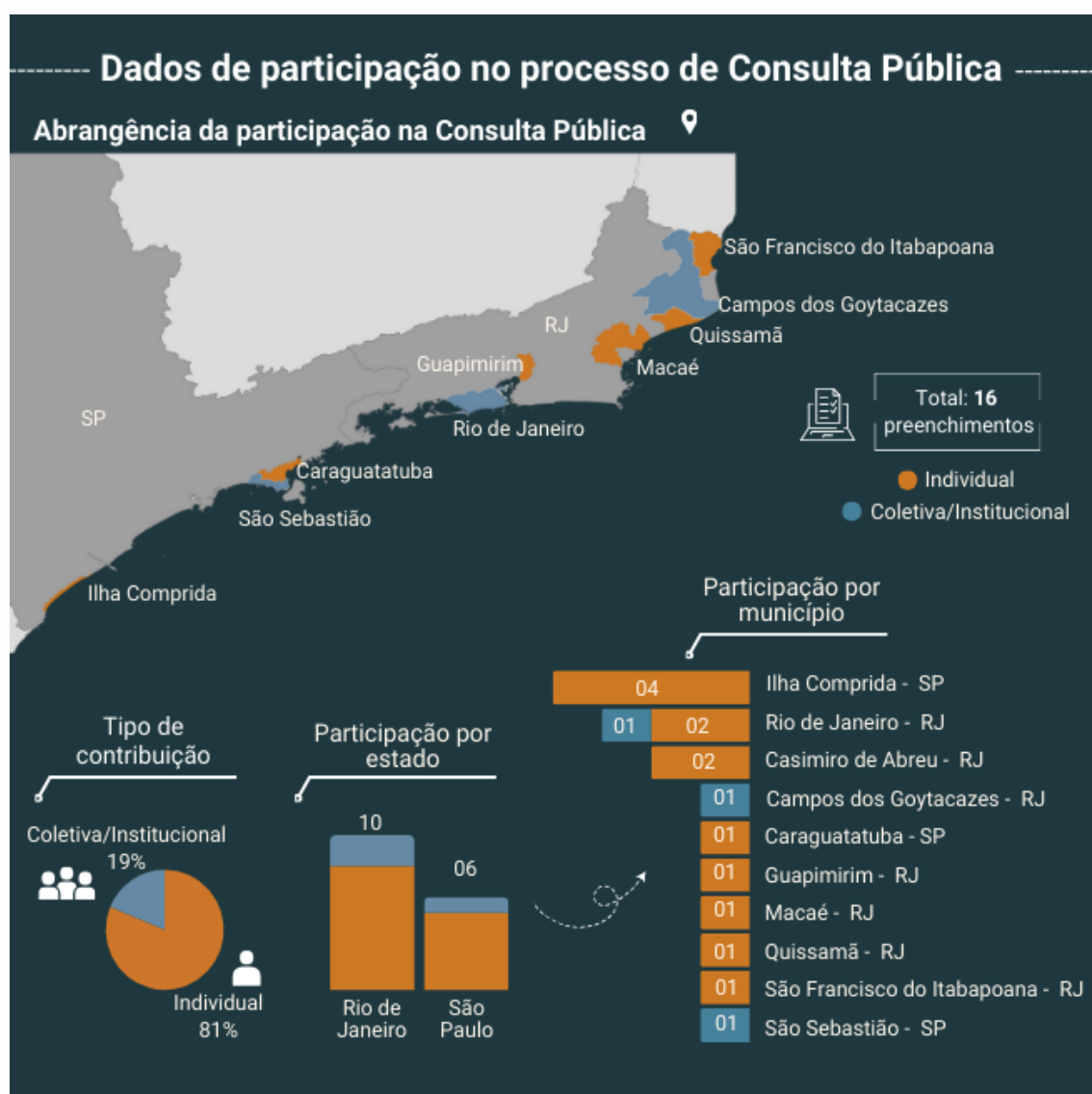
Meios de divulgação	Descrição	Data
Redes sociais e <i>Whatsapp</i>	Consolidação do documento do Planeja+	19 de fev. de 2025
Redes sociais e <i>Whatsapp</i>	Abrangência do Planeja+	27 de fev. de 2025
E-mail	Lembrete às coordenações dos PEA e ao PEAC sobre período de consulta pública	6 de mar. de 2025
Redes sociais e <i>Whatsapp</i>	Os 4 Projetos do Planeja+	6 de mar. de 2025
Redes sociais e <i>Whatsapp</i>	Confirmação do IV Seminário de Socioeconomia do Licenciamento Ambiental Federal de Petróleo e Gás	7 de mar. de 2025
Redes sociais e <i>Whatsapp</i>	Lembrete de que falta 1 dia para o fechamento do formulário eletrônico	11 de mar. de 2025
Redes sociais, <i>Whatsapp</i> e <i>site</i>	Fim da consulta pública. <i>Card</i> com agradecimentos pela participação	13 de mar. de 2025
Redes sociais, <i>Whatsapp</i> , e-mail e <i>site</i>	Publicação do lançamento do relatório final da consulta pública	10 de abr. de 2025

Fonte: Elaborado pela equipe PARMIS.

4. Resultados da consulta pública

Nesta seção estão apresentados os resultados da consulta pública, provenientes do formulário eletrônico, em formato de infográficos para facilitar a visualização e compreensão dos dados. A **Figura 4** apresenta os dados de participação no processo de consulta pública do PARMIS fase II.

Figura 4. Distribuição geográfica e tipo de contribuição de quem participou da consulta pública do PARMIS fase II.

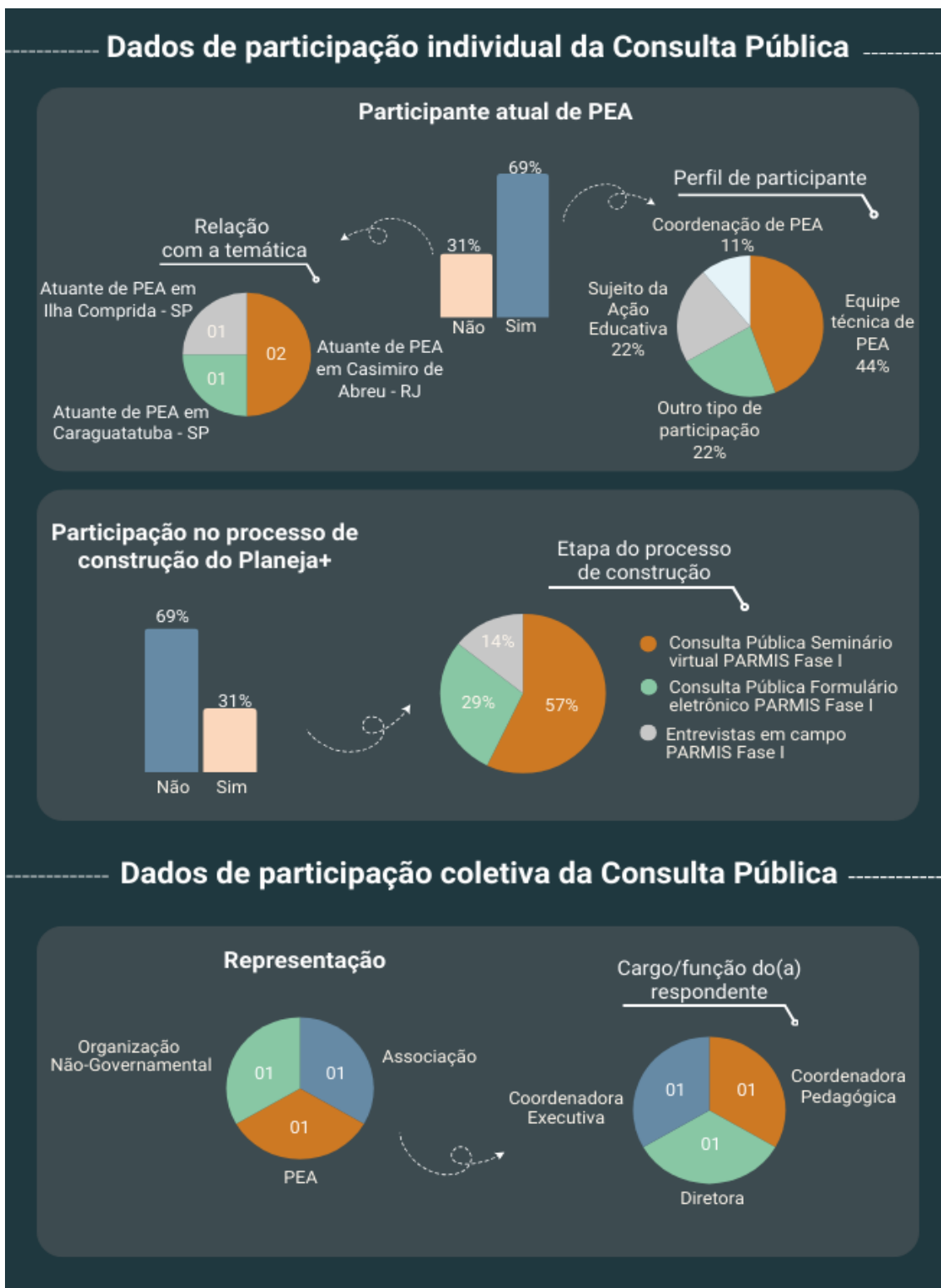


Fonte: Elaborado pela equipe do PARMIS.

4.1 Caracterização dos(as) participantes

Observa-se que as 16 contribuições recebidas por meio do formulário eletrônico são em maior parte individuais (13) e provém dos estados de Rio de Janeiro e de São Paulo. Ilha Comprida foi o município que apresentou o maior número de pessoas que responderam ao formulário eletrônico. A **Figura 5** detalha a participação individual e participação coletiva na consulta pública.

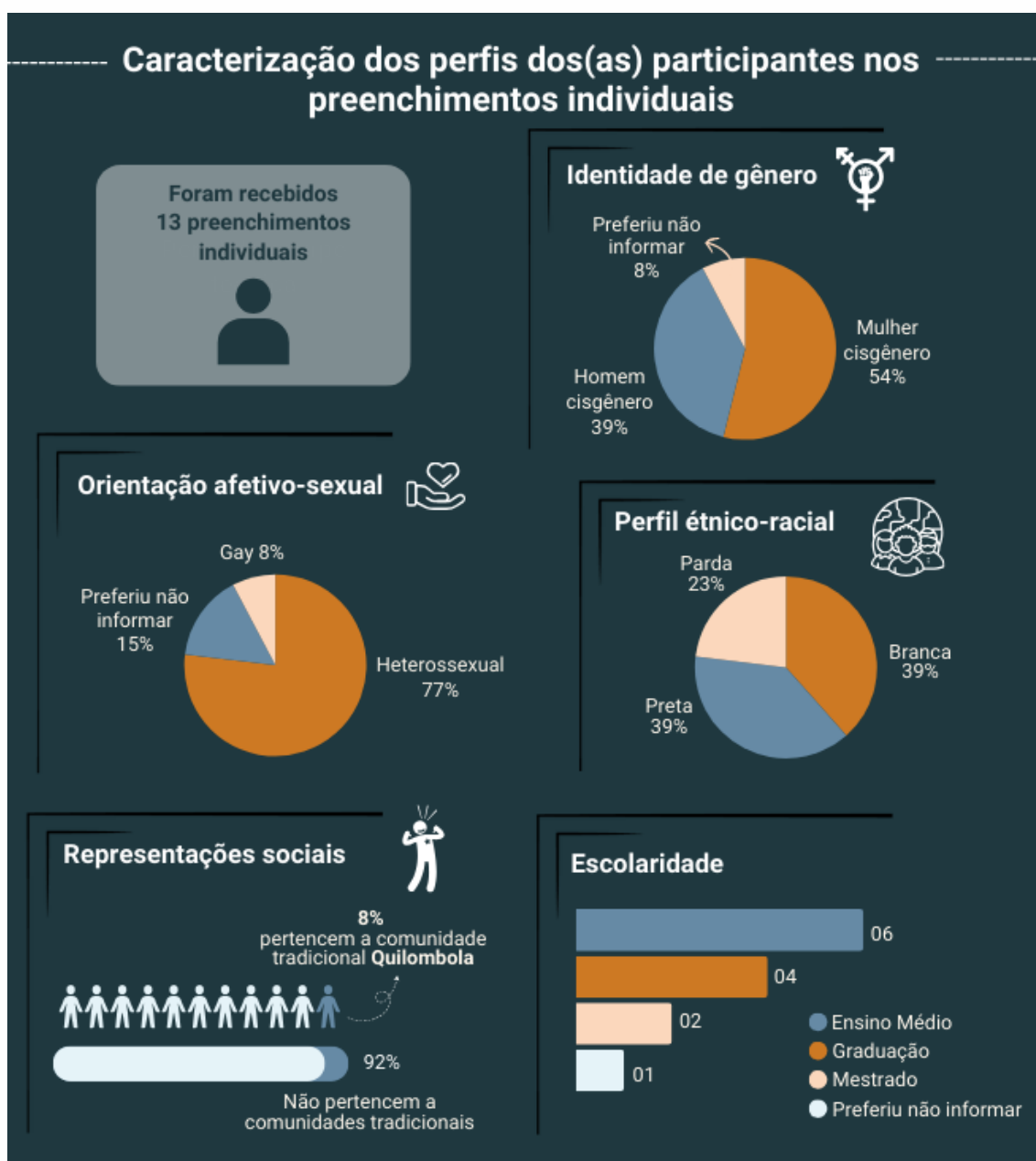
Figura 5. Perfil institucional de quem participou individual ou coletivamente da consulta pública do PARMIS fase II.



Fonte: Elaborado pela equipe do PARMIS.

Quanto à participação individual na consulta pública, a maior parte das pessoas que responderam participa atualmente de algum PEA, fazendo parte da equipe técnica, e não havia participado das oficinas de imersão que fizeram parte processo de elaboração do Planeja+. Das três participações coletivas, as respostas foram encaminhadas por cargos de diretoria e de coordenação. A **Figura 6** caracteriza quem participou da consulta pública.

Figura 6. Perfil identitário e escolaridade de quem participou individualmente da consulta pública do PARMIS fase II.



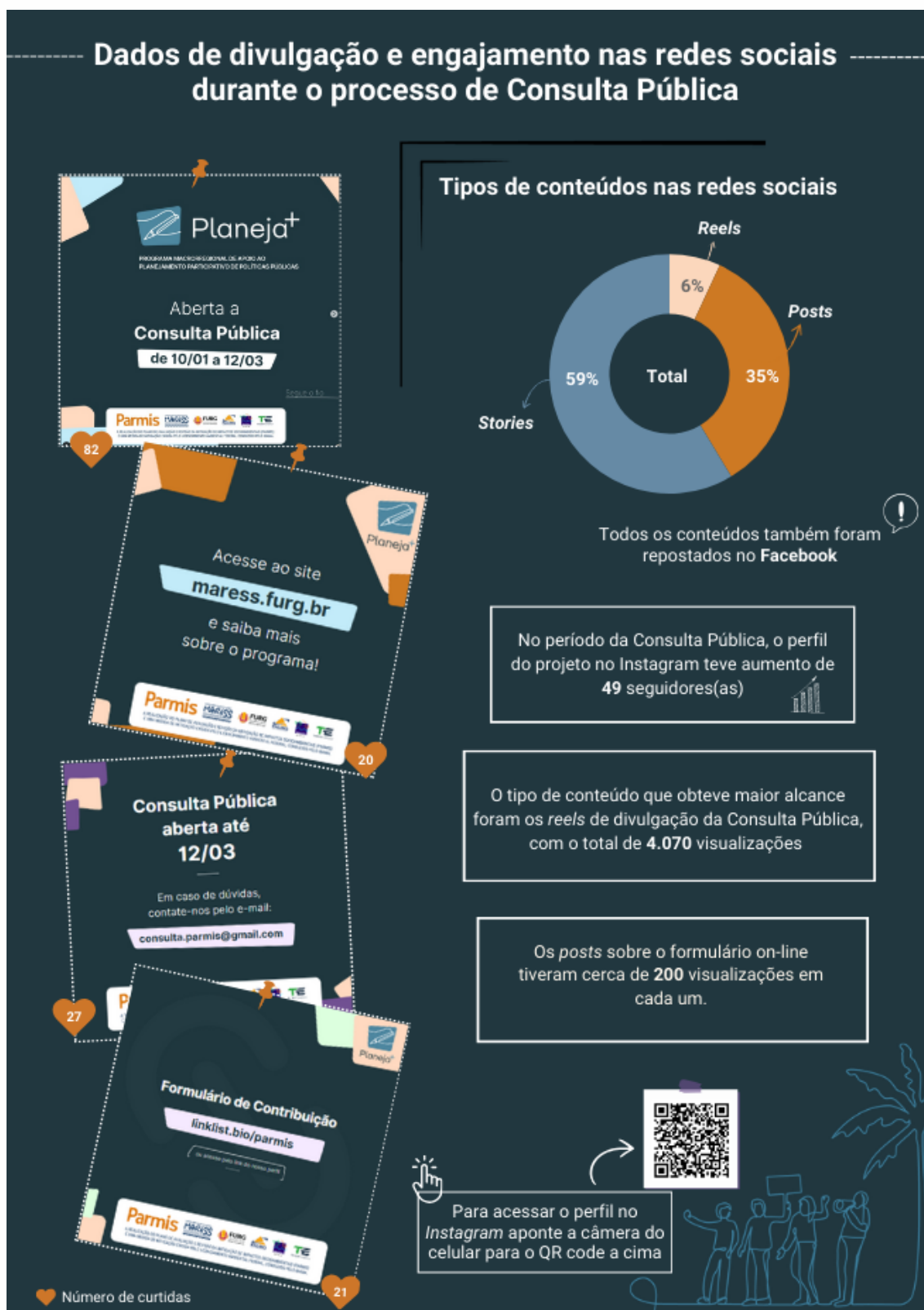
Fonte: Elaborado pela equipe do PARMIS.

Dos 13 preenchimentos individuais, a maior parte se identifica como mulheres cisgêneras, negras (pretas e pardas) e heterossexuais, com pelo menos o ensino médio completo e que não pertencem a comunidades tradicionais.

4.2 Resultados da divulgação

Os resultados da divulgação da consulta pública incluem o engajamento das pessoas nas publicações de acordo com o seu tipo. Observa-se que houve um aumento de seguidores(as), totalizando em 49 pessoas novas no perfil do *Instagram* no período da consulta. Em ordem decrescente, os meios de divulgação mais utilizados foram as redes sociais (45,7%), *WhatsApp* (37%), *site* (10,9%) e e-mail (6,5%). A **Figura 7** indica as principais informações sobre esses resultados.

Figura 7. Tipos de conteúdo e exemplos de publicações curtidas nas redes sociais referentes à consulta pública do PARMIS fase II.



Fonte: Elaborado pela equipe do PARMIS.

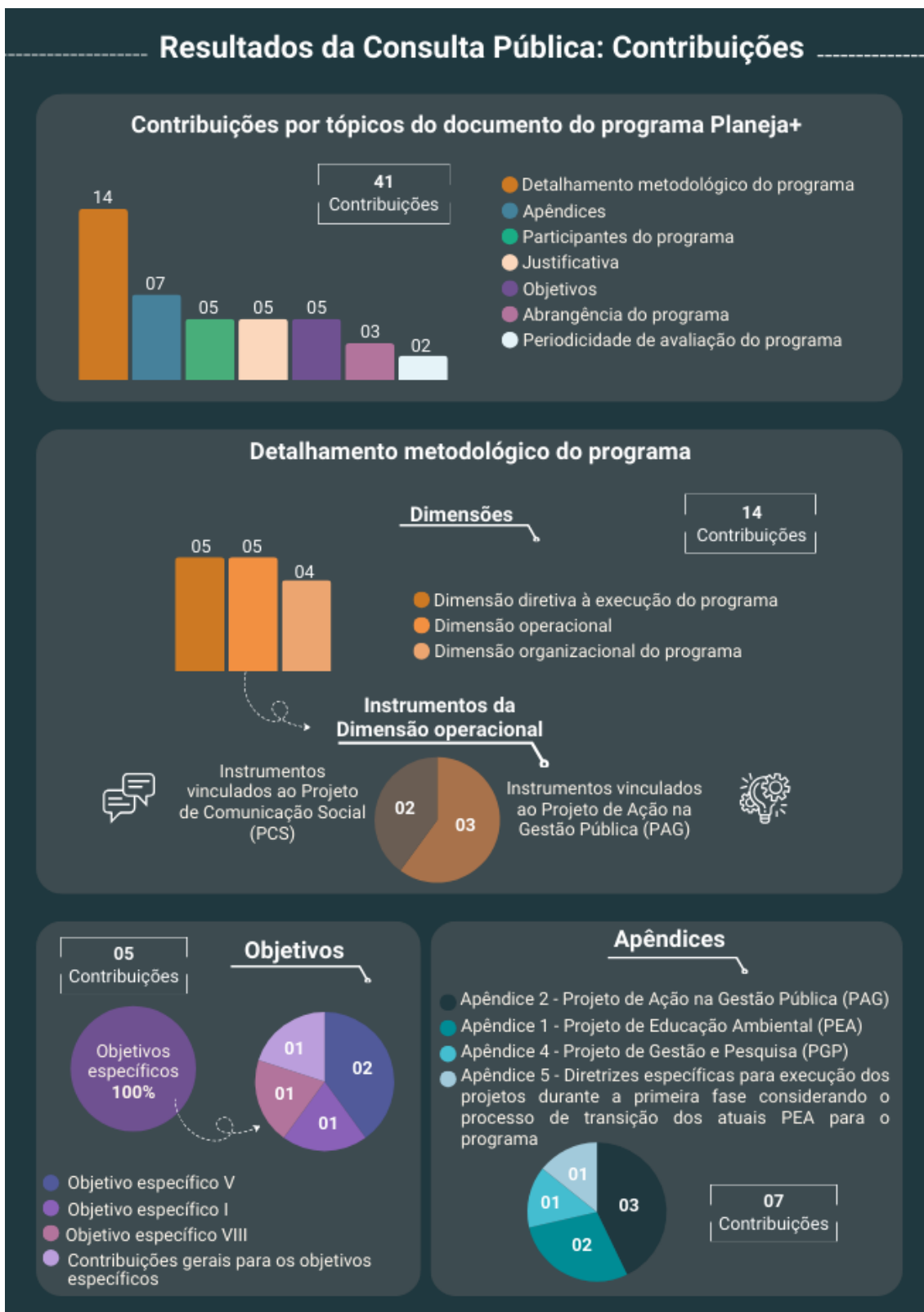
Ressalta-se que os vídeos de curta duração (*reels*) foram aqueles que mais tiveram engajamento, chegando ao total de 4.070 visualizações, e as publicações relacionadas ao formulário eletrônico tiveram, em média, 200 visualizações cada. A partir desses dados podemos identificar qual tipo de publicação foi mais estratégica para a divulgação. Outro dado importante é que os engajamentos das pessoas são mais expressivos no *Instagram* do que no *Facebook*.

Essas análises contribuíram para avaliar empiricamente planos de divulgação que venham contribuir de maneira mais expressiva para o engajamento das pessoas, potencializando a participação social nos processos de consultas públicas que envolvem os resultados de pesquisas realizadas por universidades, sendo que no caso específico do PARMIS, tem como tema central a participação social no licenciamento ambiental federal de petróleo e gás.

4. 3. Sistematização das contribuições

Na **Figura 8**, encontra-se a sistematização das contribuições ao Planeja+. Ao todo foram recebidas 41 contribuições, sendo que uma delas veio em formato de dúvidas sobre o programa. Destaca-se que essas dúvidas serão encaminhadas à COPROD/IBAMA para sua elucidação a partir da execução da primeira fase do Planeja+.

Figura 8. Contribuições da consulta pública do PARMIS fase II a partir de tópicos do documento do programa.



Fonte: Elaborado pela equipe do PARMIS.

A seguir são apresentadas as contribuições organizadas em códigos por grupos temáticos (GT), os quais, conforme o **Quadro 3**, fazem referência a tópicos específicos do documento do Planeja+ em que se fez a contribuição.

Quadro 3. Grupos temáticos correspondentes a cada tópico do documento do Planeja+.

Grupo Temático	Seção ou tópico do documento
1	Justificativa
2	Participantes do programa
3	Abrangência do programa
4	Objetivos específicos
5	Conjunto dos objetivos específicos
6	Detalhamento Metodológico do Programa: Instrumentos vinculados ao Projeto de Ação na Gestão Pública (PAG)
7	Detalhamento Metodológico do Programa: Instrumentos vinculados ao Projeto de Comunicação Social (PCS)
8	Dimensão Organizacional do Programa
9	Dimensão Diretiva à execução do Programa e seus projetos
10	Periodicidade de avaliação do Programa
11	Apêndice 1 - Projeto de Educação Ambiental (PEA): Premissas
12	Apêndice 1 - Projeto de Educação Ambiental (PEA): Diretrizes para elaboração e execução do plano de trabalho
13	Apêndice 2 - Projeto de Ação na Gestão Pública (PAG): Diretrizes para elaboração e execução do plano de trabalho
14	Apêndice 4 - Projeto de Gestão e Pesquisa (PGP): Diretrizes para elaboração e execução do plano de trabalho
15	Apêndice 5 - Diretrizes específicas para execução dos projetos durante a primeira fase considerando o processo de transição dos atuais PEA para o Programa: diretrizes para elaboração e execução dos planos de trabalho da 1ª fase do Programa.

Fonte: Elaborado pela equipe do PARMIS.

Destaca-se que a disposição das contribuições não possui ordem de importância. Os códigos indicam primeiro o GT em que foi realizada a contribuição e depois a letra “C”, indicando a redação da contribuição, ou a letra “J”, indicando a redação da justificativa

correspondente à contribuição. A numeração foi adicionada após as letras “C” e “J” para explicitar a correspondência entre elas, dentro de um mesmo GT. Por exemplo: GT1C1 corresponde a contribuição 1, situado no Grupo Temático 1. Consequentemente, GT1J1 corresponde à justificativa desta contribuição.



GT1 - Justificativa

GT1C1. Participo de um Coletivo de Mulheres Negras.

GT1J1. Sei da importância de projetos como esses que abranjam pessoas periféricas, de comunidade como eu, o conhecimento e o retorno de empresas como essa para a sociedade.

GT1C2. Redação de apresentação do programa ao público com linguagem acessível.

GT1J2. O documento de apresentação do programa ao público deve apresentar linguagem acessível, de fácil compreensão pela comunidade.

GT1C3. [...] "bem como com o aumento da arrecadação tributária, ao ampliarem a oferta de serviços públicos (especialmente nas áreas de saúde e educação), acabam atraindo um grande contingente de pessoas, não apenas pela oferta de empregos decorrentes da dinamização econômica local, mas também pela ampliação da oferta de serviços públicos [13]." Não só a oferta de serviços públicos, mas o acúmulo de cargos públicos municipais insuflando a folha de pagamento usando esses valores.

GT1J3. Se o valor recebido estivesse destinado a crescimento econômico de fato, a criação de cargos dentro do município talvez não seria criado. Hoje temos cargos com salários altos, porém não estão relacionados a nenhuma melhoria no município e nem crescimento econômico local.

GT1C4. "Em consequência, o recebimento das rendas petrolíferas – cujos montantes podem ser na ordem de milhões de reais por mês – gera uma importante dependência para a composição do ORÇAMENTO PÚBLICO e, consequentemente, para a continuidade dos serviços públicos, pois elas acabam atraindo pessoas para o território e a oferta se torna constante, dado o incremento contínuo de pessoas nos municípios e regiões [13]." Em meu território temos uma migração de pessoas, sim, mas não devido ao recebimento das rendas do petróleo.

GT1J4. A migração se deve a falta de ordenamento na cidade. E essa falta de ordenamento se deve a esse volume financeiro que o município recebe e não aplica nas políticas públicas.

GT1C5. Visa, também, qualificar a participação popular na GESTÃO PÚBLICA - os Elos recebem a qualificação, mas não conseguem atuar.

GT1J5. Além de focar em formar Elos com idades muito jovens que muitas vezes não tem perfil multiplicador, dentro das áreas do território, ficamos vetados de atuar dentro do território com as informações que recebemos, devido não ter um apoio.



GT2 - Participantes do Programa

GT2C1. Sugerimos que fiquem mais claras as respostas às seguintes questões:

- Como a seleção dos participantes será feita de modo a se contemplar os conceitos apresentados no programa e as normas da educação ambiental? Quais critérios iniciais serão balizadores para que a equipe possa estabelecer um processo de mobilização e delimitação de conteúdos a serem trabalhados que respeite as exigências legais e teórico-metodológicos da educação ambiental crítica adotada?
- Quais critérios serão adotados para que comunidades/territórios sejam mobilizadas de modo a se ter um universo de grupos sociais representativo de toda a região inserida no programa?
- Os participantes serão obrigatoriamente os mesmos em todos os projetos do programa ou a composição pode oscilar em função do interesse de cada grupo social?

GT2J1. O documento de referência para a consulta pública, em sua página 18, diz que o programa trabalhará com “um público diverso, tendo como grupo prioritário jovens de áreas e/ou famílias empobrecidas, especialmente nas ações formativas.” Posto nesses termos, observamos que os critérios para a composição do público participante do programa estão enfatizando o conceito de justiça intergeracional e a categoria juventude, que se referem às diferenças sociais e não às desigualdades sociais e à relação entre ambas. Ainda que haja menção a “empobrecimento”, a lacuna permanece, uma vez que este é um termo polissêmico e não está definido no documento. Além disso, por uma questão de coerência com o próprio corpo teórico adotado na proposta e de adesão às normativas da educação ambiental no licenciamento ambiental federal, no documento se admite, ainda que não se explicita e nem se assuma como exigência, fazer priorizações de grupos de modo a se contemplar o enfrentamento à vulnerabilidade socioambiental (conceito previsto no Planeja +), e de se estabelecer intencionalidades pedagógicas que permitam trabalhar conteúdos educativos que propiciem o enfrentamento dos diferentes e desiguais efeitos dos impactos da indústria do petróleo.

GT2C2. Incluir como meta, ou ao menos como premissa, a participação de comunidades tradicionais da área de abrangência do programa, de modo a garantir espaço para participação de grupos mais vulneráveis; Incluir como meta/premissa a participação de grupos vulneráveis que já tenham participado de PEA condicionantes do licenciamento ambiental, de modo a agregar o legado desses projetos e da experiência já vivenciada por esses atores sociais.

GT2J2⁷. O documento de referência para a consulta pública, em sua página 18, diz que o programa trabalhará com “um público diverso, tendo como grupo prioritário jovens de áreas e/ou famílias empobrecidas, especialmente nas ações formativas.” Posto nesses termos, observamos que os critérios para a composição do público participante do programa estão enfatizando o conceito de justiça intergeracional e a categoria juventude, que se referem às diferenças sociais e não às desigualdades sociais e à relação entre ambas. Ainda que haja menção a “empobrecimento”, a lacuna permanece, uma vez que este é um termo polissêmico e não está definido no documento. Além disso, por uma questão de coerência com o próprio corpo teórico adotado na proposta e de adesão às normativas da educação ambiental no licenciamento ambiental federal, no documento se admite, ainda que não se explicita e nem se assuma como exigência, fazer priorizações de grupos de modo a se contemplar o enfrentamento à vulnerabilidade socioambiental (conceito previsto no Planeja +), e de se estabelecer intencionalidades pedagógicas que permitam trabalhar conteúdos educativos que propiciem o enfrentamento dos diferentes e desiguais efeitos dos impactos da indústria do petróleo.

GT2C3. Compreendendo que diferentes grupos sociais impõem processos de inserção e mobilização diferenciados, consideramos importante que fique mais explícito quais serão os critérios para se mobilizar e atuar no conjunto dos projetos com comunidades tradicionais, de modo a se respeitar as suas especificidades de linguagem, culturais, políticas e de modos de vida, e garantir diversidade e representatividade de público.

GT2J3. Na página 18, há uma citação aos povos tradicionais: “Ademais, é relevante envolver integrantes de organizações da sociedade civil, tais como movimentos sociais populares, associações de bairros/moradores, agremiações estudantis e outros movimentos de juventude, comunidades e povos tradicionais e/ou organizações que os(as) representem.”

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007) define como povos e comunidades tradicionais os “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;”. Além dessa, o Brasil aderiu à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2004, por meio do decreto presidencial nº 5051, hoje incluída no Decreto nº

⁷ GT1J1 e GT2J2 contém o mesmo texto, conforme registro no banco de dados.

10.088/2019, que diz que os governos deverão “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”. O Decreto nº 6040/2007 é claro ao definir esses povos e comunidades tradicionais como detentores de especificidades próprias, que não podem ser desconsideradas no processo educativo. Logo, em todos os programas propostos para o Eixo 4, ainda que não sejam voltados especificamente para esses povos, deve haver linhas metodológicas específicas voltadas a esses povos impactados.

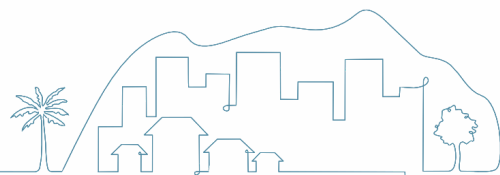
GT2C4. O programa pretende trabalhar com um público diverso, tendo como grupo prioritário jovens de áreas e/ou famílias empobrecidas, especialmente nas ações formativas. Contudo, cabe destacar a preocupação em não sobrecarregar esse grupo prioritário com a responsabilidade de mitigar os impactos referentes à dependência das rendas petrolíferas por meio da atuação nas arenas políticas que versam sobre a composição e execução dos orçamentos públicos [13; 15] - Porém em Ilha Comprida, os Jovens, pode sofrer retaliação se atuar nas dependências das rendas petrolíferas.

GT2J4. Aqui no território de Ilha Comprida os jovens de famílias mais carentes, são as maiores vítimas, porém para a atuação nas políticas públicas pode sofrer perseguição.

GT2C5. Ao próprio PEA, importante considerar outros(as) participantes interessados(as) na temática, tanto dos impactos oriundos da dependência orçamentária e outros correlatos, como sobre os resultados gerados no âmbito do Programa. Nesse sentido, ambos devem considerar, além dos(as) participantes descritos(as) anteriormente, outros grupos sociais situados na área de abrangência do Programa. Em síntese, pode ocorrer variações dos(as) participantes em cada um dos PROJETOS (PEA, PAG, PCS e PGP) conforme objetivos específicos do programa. - Faltam divulgações dos espaços do PEA.

GT2J5. O espaço do PEA é muito valioso e deve ser mais divulgado dentro do território. Mesmo sem a possibilidade de aumento dos Elos, mas deveria ser um lugar de portas abertas para a comunidade, ter uma integração não só no dia das reuniões.

GT3 - Abrangência do programa



GT3C1. Mesmo sabendo como descrito no documento do Planeja+ que tais municípios foram selecionados a partir do histórico do licenciamento ambiental de petróleo e gás, dado que, atualmente possuem níveis de dependência relevantes com as rendas petrolíferas, sejam estas crescentes ou decrescentes. Nesse sentido, cabe destacar que, ao longo do tempo, quando da avaliação dos programas, é possível haver ingresso ou exclusão de municípios, pois essa decisão será fundamentada em análises oriundas do

Programa Macrorregional de Caracterização das Rendas Petrolíferas (PMCRP) e do Programa Macrorregional de Avaliação de Impactos Socioambientais (PMAIS). Tal processo integrará as ações de avaliação do programa e respeitará as periodicidades estabelecidas no mesmo. Entretanto, seria de extrema importância transpor tais argumentos acima de uma forma mais didática e de forma gráfica e com audiovisual, e esclarecendo o porquê que a cidade de São Sebastião/SP não entrou neste primeiro momento, pois mesmo com o mapa ainda não ficou claro para nós, pois uma cidade com histórico que tem São Sebastião com a atividade petrolífera que mesmo que não seja dentro da porcentagem dependente, essa atividade transformou essa cidade (Ambientalmente e economicamente). Nós moradores e membros do terceiro setor estamos pasmos, pois além da instalação de grande representatividade, a arrecadação de rendas petrolíferas não pode ser ignorada, pois somente no ano de 2024 recebeu de rendas petrolíferas uma soma de aproximadamente R\$443 milhões. Fora que os poucos PEA que se tem para informar e empoderar a sociedade é bem escasso no ponto de vista entre empresa explorada e comunidade afetada.

GT3J1. Nós, membros do terceiro setor, acreditamos que há a necessidade da inclusão imediata da cidade de São Sebastião/SP mesmo que esteja dentro dos parâmetros de avaliação e de pesquisa do documento citado anteriormente.

GT3C2. No tópico "Abrangência do Programa" foi destacado que, ao longo do tempo, quando da avaliação dos programas, terá possibilidade de ingresso ou exclusão de municípios. Nesse sentido, acredito que Ilha Comprida, Iguape e Cananéia são municípios de influência mútua que devem ser mantidos no Planeja+ em consideração ao histórico do licenciamento de petróleo e gás, a dependência orçamentária em rendas petrolíferas e o histórico da falta de transparência da aplicação das rendas petrolíferas nos municípios, Indicadores que reforçam a importância da não exclusão desses municípios da área de abrangência do Planeja+.

GT3J2. Além dos indicadores considerados para a seleção dos municípios abrangidos pelo programa, é importante ressaltar que, ao participar do processo de ensino-aprendizagem durante a execução do PEA Rendas do Petróleo nos municípios de Ilha Comprida, Iguape e Cananéia, tive a oportunidade de observar de perto o engajamento do controle social na gestão pública pelos Sujeitos da Ação Educativa (SAE) com o apoio e fortalecimento proporcionados pelo PEA Rendas do Petróleo. Nesse sentido, acredito que o apoio do Planeja+ após a conclusão da fase do PEA será fundamental para garantir a continuidade e o fortalecimento de uma participação popular qualificada na gestão pública aproximando ainda mais a realização de metas e objetivos a serem alcançados, visando a mitigação da dependência nas rendas petrolíferas.

GT3C3. O projeto Planeja+ é uma iniciativa que busca aprimorar a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas no Brasil. Sua abrangência é ampla e multifacetada, visando impactar positivamente diversos setores da sociedade. sendo que os principais objetivos e abrangência são: aprimoramento do planejamento

governamental, ou seja, o projeto visa fortalecer a capacidade de planejamento dos governos em todas as esferas (federal, estadual e municipal), promovendo a adoção de metodologias e ferramentas modernas; busca-se aprimorar a coordenação entre os diferentes níveis de governo e entre os diversos setores da administração pública. Em relação à melhoria da qualidade das políticas públicas: o Planeja+ busca promover a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, com foco em resultados e no impacto social; visa aprimorar a avaliação das políticas públicas, permitindo identificar os pontos fortes e fracos e realizar os ajustes necessários. Sobre o fortalecimento da participação social: o projeto busca incentivar a participação da sociedade civil na formulação e no acompanhamento das políticas públicas, promovendo a transparência e o controle social; visa criar canais de diálogo e mecanismos de participação que permitam a inclusão de diferentes grupos e setores da sociedade. Em relação à modernização da Gestão Pública, o Planeja+ busca promover a modernização da gestão pública, com a adoção de tecnologias e ferramentas inovadoras; visa aprimorar a eficiência e a eficácia da administração pública, otimizando o uso dos recursos públicos. Ademais sobre o impacto e relevância: o projeto Planeja+ tem o potencial de gerar um impacto significativo na qualidade de vida da população brasileira, ao promover a formulação e a implementação de políticas públicas mais eficientes e eficazes; contribui para o fortalecimento da democracia e da cidadania, ao incentivar a participação social e a transparência na gestão pública e; auxilia na modernização da administração pública, tornando-a mais ágil, eficiente e responsiva às necessidades da sociedade. Em resumo, o projeto Planeja + abrange um amplo espectro de ações e iniciativas, visando aprimorar a gestão pública e a qualidade das políticas públicas no Brasil, com foco no bem-estar da população e no desenvolvimento sustentável do país.

GT3J3. Em relação aos desafios da gestão pública: planejamento ineficiente (a falta de planejamento adequado dificulta a definição de prioridades, a alocação de recursos e o alcance de resultados como também, a fragmentação das ações governamentais e a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo comprometem a efetividade das políticas públicas). Políticas públicas desconectadas da realidade (a formulação de políticas públicas sem base em evidências e sem a participação da sociedade civil resulta em ações ineficazes e distantes das necessidades da população e a falta de avaliação das políticas públicas impede a identificação de problemas e a realização de ajustes necessários). Gestão pública burocrática e ineficiente (a burocracia excessiva e a falta de modernização da gestão pública dificultam a implementação das políticas públicas e o uso eficiente dos recursos públicos. A falta de transparência e de mecanismos de controle social comprometem a *accountability* da administração pública. Já sobre a necessidade de aprimoramento, destaca-se: o fortalecimento do Planejamento Governamental (o projeto Planeja+ busca fortalecer a capacidade de planejamento dos governos, promovendo a adoção de metodologias e ferramentas modernas; visa aprimorar a coordenação entre os diferentes níveis de governo e entre os diversos setores da administração pública; melhoria da Qualidade das Políticas Públicas: O projeto

busca promover a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, com foco em resultados e no impacto social e; visa aprimorar a avaliação das políticas públicas, permitindo identificar os pontos fortes e fracos e realizar os ajustes necessários). Para a modernização da gestão pública (o projeto busca promover a modernização da gestão pública, com a adoção de tecnologias e ferramentas inovadoras e; visa aprimorar a eficiência e a eficácia da administração pública, otimizando o uso dos recursos públicos). Em relação ao impacto e relevância (o projeto Planeja+ tem o potencial de gerar um impacto significativo na qualidade de vida da população brasileira, ao promover a formulação e a implementação de políticas públicas mais eficientes e eficazes; contribui para o fortalecimento da democracia e da cidadania, ao incentivar a participação social e a transparência na gestão pública e; auxilia na modernização da administração pública, tornando-a mais ágil, eficiente e responsiva às necessidades da sociedade) Em resumo, a abrangência do projeto Planeja+ se justifica pela necessidade de enfrentar os desafios da gestão pública no Brasil, visando aprimorar a qualidade das políticas públicas e promover o desenvolvimento sustentável do país.



GT4 - Objetivos específicos

GT4C1. Em relação ao objetivo (i): Pergunta-se: Como dar força na comunicação popular que a informação chegue a mais pessoas?

GT4J1. Nos Elos, não conseguimos/não sabemos como comunicar as informações do recebimento das rendas petrolífera de uma forma que a população reivindique esse valor.

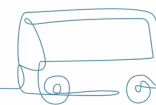
GT4C2. Sobre o objetivo (v): considera-se importante desenvolver projetos e ações junto à população em espaços públicos, escolas, associações de moradores, associações de bairro, comunidade caiçara, criação de blogs e podcasts.

GT4J2. Estimular e sensibilizar as pessoas a conhecer, entender e atuar como agentes através da participação em espaços de decisão e articulação de políticas públicas de acordo com as premissas do projeto PARMIS.

GT4C3. Quanto ao objetivo (viii): destaca-se a importância de trazer consultores(as)/professores(as) que estejam cientes do que acontece em nosso território.

GT4J3. Os grupos de estudo, há necessidade que o facilitador tenha acesso às demandas do território para no momento de passar o conhecimento, trazer a nossa realidade.

GT5 - Conjunto de objetivos específicos



GT5C1. Metodologias ativas, capacitação contínua e ferramentas práticas.

GT5J1. O texto apresenta uma série de objetivos específicos para um programa voltado à capacitação e à conscientização sobre a gestão pública e os impactos da indústria petrolífera, com ênfase na participação popular, controle social e mitigação dos impactos socioambientais. Abaixo, são feitas algumas contribuições para melhorar a clareza e a implementação desses objetivos, além de sugestões para fortalecer a estratégia proposta. No que concerne ao objetivo (i) do Programa, destaca-se que as metodologias ativas devem ser utilizadas como estudos de caso, simulações, e debates, pode ser uma forma eficaz de ensinar os participantes sobre controle social na gestão pública. Essas metodologias ajudam os participantes a vivenciarem situações reais e a desenvolverem as habilidades necessárias para uma participação efetiva. Para a capacitação contínua, além das ações formativas iniciais, seria importante pensar em processos de capacitação contínuos, com módulos que evoluam conforme o conhecimento dos(as) participantes, para garantir que os(as) participantes do programa se tornem agentes permanentes de controle social. Sendo que se deve propor ferramentas práticas e acessíveis para o acompanhamento da aplicação de recursos oriundos das rendas petrolíferas, como *softwares* de monitoramento ou a construção de plataformas digitais de acompanhamento. No objetivo (ii) considera-se importante a construção de capacidades nas arenas, pois para fomentar a participação qualificada, é necessário oferecer aos(as) participantes formação específica sobre como atuar nas arenas de gestão pública, como conselhos municipais, câmaras de vereadores(as) e outros espaços de decisão. Isso inclui tanto a formação técnica quanto a capacidade de mobilização social. Sendo necessário facilitar o acesso por meio da criação de mecanismos que auxiliem a participação dos(as) participantes a essas arenas, como a oferta de transporte ou a realização de encontros descentralizados, que podem aumentar a efetividade dessa participação, especialmente para aqueles(as) que vivem em áreas mais remotas. E por último, o apoio ao desenvolvimento de propostas, ou seja, ao invés de apenas fomentar a participação, pode-se também, apoiar o desenvolvimento de propostas concretas que busquem diversificar as fontes de renda municipal e regional, para garantir um engajamento mais direto dos(as) participantes no processo de formulação de estratégias. Para o objetivo (iii) do Planeja+, considera-se que organizar painéis, seminários e fóruns de discussão pública sobre os temas relacionados ao impacto da indústria petrolífera e à necessidade de diversificação de fontes de renda pode fortalecer o entendimento coletivo sobre esses desafios. Sendo necessário incorporar histórias locais e estudos de caso sobre como a dependência de rendas petrolíferas afeta as comunidades podendo ajudar a contextualizar as questões e as

tornar mais próximas da realidade dos(as) participantes, tendo a perspectiva intergeracional enquanto fundamental e, por isso seria interessante envolver a juventude e os(as) idosos(as) em momentos de reflexão sobre os impactos das escolhas feitas pelas gerações anteriores, com vistas à construção de um futuro sustentável. Ademais, o objetivo (iv) requer a articulação permanente que pode ser facilitada pela criação de redes de colaboração entre organizações municipais, regionais, estaduais e nacionais. Isso pode incluir a organização de encontros anuais, participação em eventos interinstitucionais e a criação de plataformas digitais colaborativas. Como também, estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil, universidades e centros de pesquisa pode garantir que os debates sejam mais profundos e que as estratégias desenvolvidas se baseiam em estudos robustos e na troca de experiências. Com respeito ao objetivo (v), destaca-se que a comunicação sobre os impactos da indústria petrolífera e o licenciamento ambiental deve ser feita de maneira acessível e sensível às especificidades locais. Usar canais de comunicação comunitários, como rádios locais, mídias sociais e encontros presenciais, pode ser uma forma eficiente de engajar a população e oferecer treinamentos sobre como os cidadãos(ãs) podem participar ativamente dos processos de licenciamento ambiental e monitoramento de impacto, contribuindo, significativamente para o fortalecimento do controle social. Indica-se criar grupos de trabalho para acompanhar o processo de licenciamento e reportar aos órgãos competentes. Para o objetivo (vi), estima-se criar um sistema de monitoramento e avaliação participativa, onde os(as) próprios(as) participantes do programa possam relatar e avaliar os resultados, ajudaria a dar maior transparência ao processo e a fortalecer a responsabilidade coletiva, com o uso de indicadores de sucesso, a partir da definição de indicadores claros para o monitoramento dos resultados, sendo fundamental para saber se as ações estão atingindo os objetivos, permitindo ajustes contínuos durante a execução do programa. Acerca do objetivo (vii), avalia-se que envolver os(as) participantes em projetos de pesquisa orientada à ação pode ser uma excelente maneira de integrar teoria e prática. Esses projetos podem ser focados em áreas específicas de interesse das comunidades, como alternativas econômicas sustentáveis ou modelos de gestão pública local, também, criar um ambiente de inovação onde os(as) participantes possam propor soluções criativas para mitigar os impactos da dependência das rendas petrolíferas, que poderia reverberar em um ponto positivo, isso poderia incluir concursos de ideias ou protótipos que envolvam as comunidades. No que se refere ao objetivo (viii), a criação de espaços públicos regulares para debater o uso e a alocação de rendas petrolíferas pode ajudar a aumentar a transparência e garantir que a população tenha voz ativa no planejamento orçamentário, sendo importante incluir módulos de educação fiscal e orçamentária para os(as) participantes, podendo ajudá-los(as) a entender melhor como o orçamento público é formado e como eles(as) podem influenciar sua execução. Dito isso, trago as considerações finais afirmando que esses objetivos têm grande potencial para criar uma sociedade mais consciente, engajada e capaz de influenciar positivamente a gestão pública, especialmente no que se refere ao controle social e à mitigação dos impactos socioambientais. A chave para o sucesso está na

implementação de processos formativos contínuos, na articulação constante entre as diferentes esferas de poder e nas metodologias participativas que envolvam ativamente os(as) cidadãos(ãs) na solução dos problemas que afetam suas comunidades.

GT5C2. Em relação aos objetivos específicos, considera-se incluir diretrizes para incentivar a adoção de energias renováveis em áreas afetadas pela atividade petrolífera e criar mecanismos de compensação ambiental para financiar projetos de energia limpa em comunidades costeiras impactadas. Ademais, expandir as redes de monitoramento da biodiversidade marinha, incluindo espécies ameaçadas e *habitats* sensíveis, estabelecendo parcerias com universidades e centros de pesquisa para estudos contínuos sobre impactos cumulativos e sinérgicos. Em relação à mitigação de riscos climáticos e adaptação, ressalta-se que desenvolver estratégias de adaptação às mudanças climáticas para comunidades costeiras vulneráveis e criar protocolos para responder a eventos extremos, como tempestades e vazamentos de óleo, considerando cenários futuros do clima. Ainda sobre os objetivos específicos do Planeja+, deve-se ampliar a participação de comunidades pesqueiras, povos tradicionais e sociedade civil na gestão do Plano Macro. Criar plataformas digitais abertas para consulta pública e divulgação de relatórios sobre impactos ambientais. Pondera-se que implementar projetos de restauração ecológica em áreas degradadas pelo setor de óleo e gás, e criar fundos específicos para compensação ambiental e social das comunidades impactadas, sejam ações importantes para constarem no Programa, assim como, promover a economia Azul sustentável, estimulando o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, como o turismo ecológico e a pesca artesanal e, incentivar boas práticas na indústria de petróleo e gás para minimizar danos ambientais e sociais. Conclui-se que essas propostas podem tornar o Plano Macro mais robusto, equilibrando o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e os direitos das populações afetadas.

GT5J2. São auto-explicativos.

GT6 - Detalhamento Metodológico do Programa: Instrumentos vinculados ao Projeto de Ação na Gestão Pública (PAG)



GT6C1. Elaborar um Plano de Ação na Gestão Pública nos estados do Espírito Santo e São Paulo.

GT6J1. Esses estados têm forte impacto das rendas petrolíferas em seu orçamento e condições para atuar em âmbito regional.

GT6C2. O detalhamento metodológico de um programa é crucial para garantir a sua implementação eficaz e o alcance dos objetivos propostos. Para aprimorar este processo, apresento algumas contribuições que podem ser consideradas em relação a

definição clara dos objetivos e metas, considerando a especificidade no sentido de assegurar que os objetivos sejam específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais (SMART). Garantir que os objetivos estejam alinhados com as necessidades da população-alvo e com as políticas públicas relevantes e que sejam criados indicadores claros e mensuráveis para monitorar o progresso em direção às metas. Outro destaque é para a abordagem centrada no(a) participante do programa, considerando incluir a participação ativa da população-alvo no planejamento, implementação e avaliação do programa, a diversidade dessa população-alvo, incluindo suas necessidades, características e contextos específicos e, ainda, estabelecer mecanismos para coletar *feedback* contínuo dos(as) participantes e utilizar essas informações para aprimorar o programa. Para tanto, ressalta-se a importância de considerar as metodologias inovadoras e baseadas em evidências, ou seja, explorar o uso de tecnologias inovadoras para ampliar o alcance e a eficácia do programa, utilizando metodologias baseadas em evidências científicas para garantir a efetividade das intervenções que possam adaptar essas metodologias às necessidades e contextos específicos da população-alvo. Dito isto, destaca-se a necessidade de ter um monitoramento e avaliação contínuos, com a implementar um sistema de monitoramento e avaliação contínua e sistemática para acompanhar o progresso do programa, considerando coletar e analisar dados relevantes para avaliar o impacto do programa e identificar áreas de melhoria para se ter presente a divulgação dos resultados do monitoramento e avaliação, garantindo a transparência e a prestação de contas. Nesse contexto, torna-se necessário estabelecer parcerias e colaborações com outras organizações e instituições relevantes, como também, compartilhar recursos e conhecimentos para otimizar a implementação do programa para promover a sinergia entre diferentes atores(atrizes) para maximizar o impacto do programa. Ressalta-se que investir na capacitação e desenvolvimento da equipe responsável pela implementação do programa, é estratégico, como fortalecer a capacidade da comunidade para participar ativamente do programa garantindo a sustentabilidade do programa por meio da transferência de conhecimento e habilidades. Conclui-se, afirmando que ao incorporar estas contribuições no detalhamento metodológico do programa, será possível aumentar a sua eficácia, relevância e impacto, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população-alvo.

GT6J2. As contribuições apresentadas visam otimizar o detalhamento metodológico de um programa, garantindo sua eficácia e impacto. A justificativa para cada uma delas é detalhada a seguir: 1. Definição Clara dos Objetivos e Metas: objetivos claros e específicos facilitam o planejamento e a execução do programa, evitando ambiguidades e direcionando os esforços para resultados concretos. sendo que o alinhamento com as necessidades da população-alvo e as políticas públicas garante que o programa seja relevante e contribua para a solução de problemas reais e que os indicadores mensuráveis permitem acompanhar o progresso do programa, avaliar seu impacto e realizar ajustes quando necessário. 2. Abordagem centrada no participante: a

participação ativa da população-alvo aumenta o engajamento, apropriação e sustentabilidade do programa, garantindo que suas necessidades sejam atendidas; a diversidade da população-alvo garante que o programa seja inclusivo e atenda às necessidades específicas de cada grupo e; o *feedback* contínuo dos(as) participantes permite identificar pontos fortes e fracos do programa, possibilitando a realização de melhorias contínuas. 3. Metodologias inovadoras e baseadas em evidências: o uso de tecnologias inovadoras pode ampliar o alcance e a eficácia do programa, otimizando processos e facilitando o acesso à informação; as metodologias baseadas em evidências científicas garantem que as intervenções sejam eficazes e gerem resultados positivos e; a flexibilidade permite adaptar o programa a diferentes contextos e necessidades, garantindo sua relevância e efetividade. 4. Monitoramento e avaliação contínuos: um sistema de monitoramento e avaliação contínua permite acompanhar o progresso do programa em tempo real, identificar desvios e realizar ajustes; a coleta e análise de dados relevantes fornecem informações para avaliar o impacto do programa e identificar áreas de melhoria e; a divulgação dos resultados do monitoramento e avaliação garante a transparência e a prestação de contas, fortalecendo a credibilidade do programa. 5. Parcerias e Colaborações Estratégicas: parcerias e colaborações com outras organizações e instituições ampliam o alcance e o impacto do programa, otimizando o uso de recursos; o compartilhamento de recursos e conhecimentos permite otimizar a implementação do programa, evitando a duplicação de esforços e; a sinergia entre diferentes atores potencializa os resultados do programa, gerando um impacto maior do que a soma das ações individuais. 6. Capacitação e Desenvolvimento: a capacitação da equipe garante que os(as) profissionais estejam qualificados(as) para implementar o programa de forma eficaz; o fortalecimento da capacidade da comunidade aumenta o engajamento e a participação no programa, garantindo sua sustentabilidade e; a transferência de conhecimento e habilidades garante que o programa continue gerando resultados positivos a longo prazo. Conclui-se que ao justificar cada contribuição, fica evidente que o objetivo é construir um programa sólido, eficaz e sustentável, que gere impacto positivo na vida da população-alvo.

GT6C3. Gostaria de sugerir que haja um maior amadurecimento acerca da remuneração dos(as) participantes no PAG.

GT6J3. A realidade atual dos PEA é de que os(as) participantes são comunitários(as) e vêm para as atividades do PEA de forma totalmente voluntária, assim como, as representações em espaços de controle social, que também dependem exclusivamente da vontade e disponibilidade dos(as) participantes, e é um objetivo do PEA formar e dar as ferramentas para que essas pessoas ocupem esses espaços de forma autônoma, consciente e bem embasadas de informações. Temo que num contexto de remuneração pode se gerar em alguns a participação por obrigação e não por voluntariado e disputas internas entre os(as) comunitários(as) pelas vagas remuneradas no PAG.

GT7 - Detalhamento Metodológico do Programa: Instrumentos vinculados ao Projeto de Comunicação Social (PCS)



GT7C1. Incluir plano de divulgação do Planeja + incluindo objetivos e ações em período anterior a sua execução.

GT7J1. Apresentar de forma transparente uma agenda de divulgação do programa que inclua o público alvo.

GT7C2. Realizar reunião de alinhamento entre as equipes das demandas de cada projeto no intuito de que os planos de trabalhos sejam concebidos de forma articulada e integrada.

GT7J2. Alinhamento entre os projetos do programa.

GT8 - Dimensão Organizacional do Programa



GT8C1. Houve um aumento de municípios contemplados pelo programa, se compararmos com os PEA que estavam sendo realizados por bacia sedimentar, no âmbito do licenciamento ambiental conduzido pelo IBAMA. O documento do programa menciona reuniões de equipe e um conselho gestor, mas seria importante explicitar melhor como será o gerenciamento das ações em um território tão grande. Os Núcleos Territoriais são mencionados na parte relativa à organização do programa, contudo seu conteúdo (o que são, como se organizam, tamanho) não está detalhado. O documento deixa dúvida se serão distribuídos um por município ou haverá outro critério para sua criação. Também não fica claro se há a previsão de realização de atividades locais nas bases de cada comunidade participante a partir dos Núcleos Territoriais.

GT8J1. As informações apresentadas no documento não foram claras quanto às questões expostas acima.

GT8C2. Que no detalhamento do programa, via planos de trabalho, se procure reconhecer a necessidade de especificar atividades para povos tradicionais, de modo a transmitir o respeito à sua dinâmica própria.

GT8J2. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007) define como povos e comunidades tradicionais os “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;”.

Além dessa, o Brasil aderiu à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2004, por meio do decreto presidencial nº 5051, hoje incluída no Decreto nº 10.088/2019, que diz que os governos deverão “consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”. O Decreto nº 6040/2007 é claro ao definir esses povos e comunidades tradicionais como detentores de especificidades próprias, que não podem ser desconsideradas no processo educativo. Logo, em todos os programas propostos para o Eixo 4, ainda que não sejam voltados especificamente para esses povos, deve haver linhas metodológicas específicas voltadas a esses povos impactados.

GT8C3. Que os programas sejam avaliativos e conduzidos de forma a criar e manter a responsabilidade continuada, que sejam feitas as parcerias com o MEC para certificação e aprimoramento de todas as atividades para os cursos de preparação nos PEA.

GT8J3. Capacitar os(as) voluntários(as) e valorizar a construção da consciência da cidadania em cada um e cada uma, por justiça social.

GT8C4. Definir atribuições e profissionais responsáveis pela sistematização dos dados da pesquisa na Coordenação Regional.

GT8J4. É importante ter diretrizes e profissionais para planejamento e avaliação do programa em cada Coordenação Regional.

GT9 - Dimensão Diretiva à execução do Programa e seus projetos



GT9C1. Garantir que a execução do programa mantenha resultados e oferte condições de trabalho para aproveitamento das equipes com experiência no licenciamento ambiental.

GT9J1. Evitar a rotatividade de equipe e a perda de qualidade na execução dos planos de trabalho.

GT9C2. Ter como critério para escolha das sedes acessibilidade, pessoas mobilizadas, vulnerabilidade e impactos diretos.

GT9J2. Ampliar os critérios de locação das sedes que viabilizem a ampla participação.

GT9C3. Definir que o espaço seja utilizado para pesquisa e estudo para a comunidade em geral, com disponibilização de equipamentos, acervo, internet e o que mais for necessário para viabilizar o amplo acesso.

GT9J3. Tornar os espaços acessíveis à comunidade em geral.

GT9C4. As ações de comunicação do Planeja+ estão caminhando para a consolidação de ações comunicativas realizadas pelos(as) sujeitos(as) da ação educativa (SAE) no âmbito do licenciamento. Atualmente, os(as) comunicadores(as) populares são responsáveis pela formação teórica-prática nas linguagens comunicativas dos grupos sociais vulnerabilizados. Estes(as), imbuídos(as) destes conhecimentos, passam a dominar as técnicas para a criação de *blogs*, *sites*, material audiovisual (curta-metragem documental, web-reportagem e etc) sobre as suas práticas e a publicizá-la. No entanto, a comunicação institucional e a transparência nas ações do licenciamento (*accountability*), aspecto necessário e importante nesta nova etapa, pode facilmente sobrepor o caráter “crítico” e “transformador” da comunicação popular. É necessário a explicitação do aspecto formativo com a finalidade para emancipação comunicativas dos(as) sujeitos(as) da ação educativa do atual modelo de comunicação dominante que “domestica” e “aliena” as vontades e pautas populares. Na gestão ambiental pública, esses grupos já têm seus direitos negados e suas vozes historicamente silenciadas. O Planeja+ deve garantir e orientar, no seu escopo metodológico, o contexto social e político em que esta formação em comunicação popular ou educomunicação se dá.

GT9J4. As ações de comunicação do Planeja+ estão caminhando para a consolidação de ações comunicativas realizadas pelos PEA no âmbito do licenciamento. A criação de *blogs*, *sites*, materiais audiovisuais (curta-metragem documental, web-reportagem, etc) tem sido fundamental para publicizar as mais variadas ações institucionais do licenciamento ambiental. No entanto a formação teórica dos grupos sociais vulnerabilizados sobre as técnicas e conteúdos da linguagem de comunicativas, atribuição realizada por comunicadores(as) populares nos últimos anos, poderia ser facilmente ignorada e substituída por uma agenda difusionista e não contemplar a formação crítica de grupos subalternos, como preconiza a comunicação popular. A construção dos programas macrorregionais foi um espaço de amplo debate sobre a comunicação e como esta pode contribuir para fortalecer a cultura e a identidade dos grupos sociais historicamente invisibilizados nas arenas de decisão política sobretudo na gestão ambiental pública provavelmente o reflexo da comunicação dominante, que reproduz o caráter típicosionista da comunicação, será um desafio para que o Planeja+ não encare os grupos vulneráveis (SAE) como meros receptores passivos dos conteúdos de comunicação produzido no âmbito institucional deste programa. Os(as) educadores(as), não apenas os(as) comunicadores(as), atravessaram um grande desafio durante o período da pandemia. A mobilização do(a) SAE por meio de plataformas digitais de reunião, que serviram como espaço de formação educativa por conta da restrições impostas pela pandemia da covid-19, exigiu um grande investimentos em equipamentos e serviços de plataformas que, desde então passaram a ser recursos indispensáveis aos espaços de formação hoje em dia. O debate em torno da comunicação realizada pelos(as) técnicos(as) do licenciamento está vinculada na superação da visão passiva e extensionista da comunicação. Historicamente, comunicação estrutura uma lógica de transmissão de informação de dados de um polo,

o(a) emissor(a), que transmite uma mensagem, utilizando um canal, uma mídia, para outro polo, o(a) receptor(a) que recebe passivamente o conteúdo da mensagem. parafraseando Marx, "a comunicação dominante é a comunicação da classe dominante". Há um risco da comunicação ser realizada para que ela não se torne um veículo de propaganda das empresas exploradoras de petróleo que, diante do cenário desigualdade política e econômica dos grupos sociais mais vulneráveis, na produção e acesso aos meios e tecnologias de produção de comunicação. A formação permanente dos(as) SAE no domínio teórico e prático da comunicação é imprescindível para a construção do Planeja+.

GT9C5. Destaca-se os seguintes pontos: 1. Modelagem de Impactos Sinérgicos e Cumulativos; 2. Padrões e Protocolos para o Monitoramento Ambiental; 3. Metodologias de Avaliação Socioeconômica; 4. Planos de Respostas a Emergências e Gestão de Risco; 5. Indicadores de Desempenho e Auditoria Independente; 6. Gestão Integrada e Governança Multiatores(as) e; 7. Estratégias para Mitigação e Compensação Ambiental

GT9J5. Justifica-se: 1. Modelagem de Impactos Sinérgicos e Cumulativos: as atividades marítimas de petróleo e gás geram impactos ambientais e sociais que não ocorrem isoladamente, mas se somam ao longo do tempo. Modelos matemáticos e geotecnologias permitem prever como diferentes impactos se sobrepõem, facilitando a tomada de decisão preventiva. A integração com modelos climáticos também é essencial para considerar efeitos de longo prazo, como o aumento da temperatura do oceano e a acidificação. 2. Padrões e Protocolos para o Monitoramento Ambiental: Sem padronização, os dados ambientais coletados por diferentes empresas e instituições podem ser inconsistentes, dificultando a análise dos impactos. A definição de indicadores chave permite acompanhar mudanças na qualidade da água, biodiversidade e saúde dos ecossistemas de forma comparável ao longo do tempo. O monitoramento contínuo de espécies sentinelas, como corais e tartarugas marinhas, ajuda a identificar rapidamente impactos negativos antes que se tornem irreversíveis. 3. Metodologias de Avaliação Socioeconômica: As atividades de petróleo e gás afetam diretamente a pesca artesanal, o turismo e a qualidade de vida das comunidades costeiras. Muitas dessas comunidades dependem do mar para sua subsistência e cultura. Mapas de Uso e Ocupação dos Recursos Marinhos garantem que a percepção das populações locais seja levada em conta na gestão dos impactos. Além disso, estudos sobre impactos na saúde pública são fundamentais para evitar problemas relacionados à exposição a contaminantes químicos. 4. Planos de Respostas a Emergências e Gestão de Risco: Vazamentos de óleo e outros acidentes marítimos têm consequências ambientais e socioeconômicas severas. A criação de protocolos unificados garante que todas as partes envolvidas saibam exatamente como agir em caso de emergência. Simulações periódicas permitem testar a eficácia das respostas e ajustar estratégias conforme necessário. A construção de um banco de dados com eventos passados possibilita analisar padrões de falhas e aprimorar medidas preventivas. 5. Indicadores de Desempenho e Auditoria Independente: Sem metas e auditorias externas, não há garantia

de que as operadoras de petróleo e gás estejam realmente reduzindo seus impactos. A definição de indicadores quantificáveis permite mensurar o desempenho ambiental do setor e corrigir falhas. Auditorias independentes aumentam a transparência e a credibilidade do processo, enquanto um *ranking* de desempenho pode incentivar boas práticas ao destacar empresas que adotam medidas mais sustentáveis. 6. Gestão Integrada e Governança Multiatores: A gestão dos impactos sinérgicos das atividades marítimas exige a participação de diferentes atores(atrizes) sociais. Comitês regionais garantem que órgãos ambientais, universidades, setor produtivo e sociedade civil contribuam com suas perspectivas. O uso de plataformas digitais abertas aumenta a transparência e facilita o acesso público aos dados. A consulta prévia, livre e informada a comunidades tradicionais é um direito garantido pela Convenção 169 da OIT e evita conflitos socioambientais. 7. Estratégias para Mitigação e Compensação Ambiental: Muitas áreas marinhas já sofrem degradação devido às atividades de petróleo e gás. Medidas compensatórias proporcionais garantem que as empresas sejam responsabilizadas pelo impacto que causam. Projetos de restauração de recifes de corais, manguezais e pradarias marinhas ajudam a reverter parte dos danos ambientais. Além disso, a captura e armazenamento de carbono azul (feita por ecossistemas costeiros) pode ser uma ferramenta eficaz para compensação ambiental e mitigação das mudanças climáticas.

GT10 - Periodicidade de avaliação do Programa



GT10C1. Realizar dois Seminários do Programa Macrorregional.

GT10J1. Prever um seminário após dois anos de programa e outro ao final.

GT10C2. A minha contribuição segue em relação ao Tópico Avaliação (aqui pensei avaliação, contemplando processo, periodicidade e indicadores, concordo em totalidade com a proposta apresentada no Planeja+). Mas, gostaria de sugerir que houvesse uma forma de ocorrer rodas de avaliação com os(as) participantes do Programa, ou seja, SAE. Eu acredito ser muito importante o olhar de quem é o alvo da ação. Assim, seria muito bacana apresentar os indicadores abaixo (Comunicação; Equidade/Inclusão e Diversidade; Incidência política; Infraestrutura, Investimento; Mobilização e Atividades Pedagógicas). De forma, que os(as) participantes estejam a par do que se espera de cada um dos aspectos. Por exemplo, qual o resultado esperado em relação a Comunicação, quais pontos foram observados e etc. e assim, com cada indicador, para que ao longo do desenvolvimento do Programa, os(as) participantes possam ter contribuído para atingir os resultados esperados.

GT10J2. Eu sou uma entusiasta em relação aos processos de avaliação, o resultado é fantástico, porque se constitui em um conhecimento que retroalimenta a prática e neste processo contínuo, observamos a realização dos Programas, projetos etc. Mas, é importante que seja participativo, principalmente o(a) SAE tem que estar envolvido. Desta forma, a minha sugestão é que o processo de avaliação não se restrinja aos(as) técnicos(as), coordenação de agrupamento e coordenação executiva, mas, sim todos(as), inclusive e principalmente, o público alvo.

GT11 - Apêndice 1 - Projeto de Educação Ambiental (PEA):

Premissas



GT11C1. Clareza na transmissão; mapeamento de acúmulos; Processos formativos com equipe técnica e participantes; Elaboração do Plano Pedagógico definitivo (abordagem participativa e acompanhamento continuado em ambos).

GT11J1. Em resumo, o sucesso desse plano dependerá de uma abordagem colaborativa, flexível e focada na mobilização e fortalecimento das comunidades, considerando tanto os saberes locais quanto as necessidades do programa.

GT12 - Apêndice 1 - Projeto de Educação Ambiental (PEA):

Diretrizes para elaboração e execução do plano de trabalho



GT12C1. Prever avaliação periódica do PEA.

GT12J1. É importante avaliar a execução do PEA de forma contínua.

GT13 - Apêndice 2 - Projeto de Ação na Gestão Pública (PAG):

Diretrizes para elaboração e execução do plano de trabalho



GT13C1. Prever pagamento para o PAG.

GT13J1. Definir um valor que seja condizente com a economia dos municípios e que viabilize a inclusão de pessoas em vulnerabilidade.

GT13C2. Flexibilizar, junto às coordenações regionais, o número de vagas remuneradas nos municípios, considerando os seguintes fatores: i) número de pessoas efetivamente mobilizadas em cada município no PEA; ii) número de participantes do PEA bem avaliados(as) no processo de seleção; e iii) maior dependência de rendas petrolíferas entre os municípios que compõem a região. As propostas de realocação de vagas devem ser feitas pela coordenação regional de acordo com a realidade de cada município e justificadas à coordenação geral.

GT13J2. Justifica-se a alteração do texto, por entender que não há necessidade de engessar o número de vagas por região.

GT13C3. Formação de comissões para representações regionais, estaduais e nacionais.

GT13J3. Qualificar ação coletiva dos grupos.

GT14 - Apêndice 4 - Projeto de Gestão e Pesquisa (PGP): Diretrizes para elaboração e execução do plano de trabalho



GT14C1. Criar na gestão geral do programa um setor responsável pela sistematização dos dados do monitoramento e avaliação, análise e divulgação de resultados do controle social e por implementar a metodologia da pesquisa-ação junto à comunidade.

GT14J1. Justifica-se a inclusão de um setor para a pesquisa na coordenação do programa para que haja uma equipe responsável por realizar a gestão analítica e gerencial dos indicadores, metas e resultados previstos e contribuir com pesquisas e metodologias para o fomento das ações do PEA, do PAG e do PCS.



GT15 - Apêndice 5 - Diretrizes específicas para execução dos projetos durante a primeira fase considerando o processo de transição dos atuais PEA para o Programa: diretrizes para elaboração e execução dos planos de trabalho da 1ª fase do Programa.

GT15C1. Participação por representação de equipes, participantes do programa e outros grupos sociais na avaliação, revisão e posterior validação do PPP.

GT15J1. Elaboração do documento de forma participativa.

5. Considerações finais

Ao todo, a consulta pública recebeu 41 contribuições, provenientes de pessoas e coletivos da região de abrangência da execução do Plano Macro. Grande parte de quem contribuiu faz parte de algum PEA exigido como condicionante do licenciamento de petróleo e gás natural. Neste sentido, a consulta pública do PARMIS fase II desempenhou um papel importante para ampliar a participação na consolidação metodológica do programa, permitindo com que diversos(as) atores(atrizes) com diferentes perspectivas, cuja atuação tem relação com o Planeja+, pudessem se envolver no processo.

O êxito da participação na consulta pública depende de muitas variáveis sociais, políticas, culturais e ambientais. Frente a isso, ressalta-se a importância da combinação de estratégias e técnicas que contribuam com a promoção da participação, das quais destacamos parte do que usamos: o modelo de formulário eletrônico com perguntas desmembradas e específicas; os materiais de divulgação em linguagem mais acessível sobre o acesso aos documentos de subsídios e uso do instrumento; e a garantia de um tempo mínimo de 60 dias para recebimento de contribuições. Avaliamos ser importante investir em outros meios de divulgação para ampliar a participação, como jornais locais, *sites* de notícias relacionadas à indústria do petróleo e gás e também por e-mail para universidades e grupos de pesquisa que atuam na temática, por exemplo.

6. Referências

Minayo, Maria Cecília de Souza *et al* (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 21ª edição, 2002.

Walter, Tatiana *et al*. **Proposição dos Programas Macrorregionais para compor o Eixo 4 do Plano Macro**. Relatório Técnico do Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais. São Lourenço do Sul: Universidade Federal do Rio Grande, 2023.

_____. **Relatório Final PARMIS Fase I – 2021 a 2024**. São Lourenço do Sul: Universidade Federal do Rio Grande, 2024.

_____. **Planeja+: Programa Macrorregional de Apoio ao Planejamento Participativo de Políticas Públicas**. São Lourenço do Sul: Universidade Federal do Rio Grande, 2025.